

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

**CAROLINA NOGUEIRA FELSKI
GIULLIA MARIA MARQUES GALBIATTI
PEDRO JOSÉ SILVEIRA VALOTA**

PROIBIDO PROIBIR

**Os movimentos estudantis e os coletivos identitários na PUC-Campinas e na
Unicamp**

**CAMPINAS
2023**

**CAROLINA NOGUEIRA FELSKI
GIULLIA MARIA MARQUES GALBIATTI
PEDRO JOSÉ SILVEIRA VALOTA**

PROIBIDO PROIBIR

**Os movimentos estudantis e os coletivos identitários na PUC-Campinas e na
Unicamp**

**Relatório técnico apresentado à avaliação
da banca examinadora para a aprovação
do TCC, sob orientação do Prof. Ms.
Marcel J. Cheida.**

PUC-CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica elaborada por Jerusa Neves dos Santos Lopes CRB 8/10320
Sistema de Bibliotecas e Informação - SBI - PUC-Campinas

070.19 Felski, Carolina Nogueira
F324p

Proibido proibir: os movimentos estudantis e os coletivos identitários na PUC-Campinas e na Unicamp / Carolina Nogueira Felski, Giullia Maria Marques Galbiatti, Pedro José Silveira Valota. - Campinas: PUC-Campinas, 2023.

88 f.: il.

Orientador: Marcel José Cheida.

TCC (Bacharelado em Jornalismo) - Faculdade de Jornalismo, Escola de Linguagem e Comunicação, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2023.

Inclui bibliografia.

1. Movimento Estudantil. 2. Ditadura Militar. 3. Jornalismo Audiovisual. I. Cheida, Marcel José. II. Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Escola de Linguagem e Comunicação. Faculdade de Jornalismo. III. Título.

23. ed. CDD 070.19

SUMÁRIO

Introdução.....	3
CAPÍTULO 1.....	5
1.1 Contextualização do tema e recorte jornalístico.....	5
1.2 Modalidade.....	7
1.3 Justificativa.....	10
1.4 Processo de apuração	11
1.5 Seleção de fontes.....	13
CAPÍTULO 2.....	16
2.1 Desenvolvimento da produção.....	16
2.2 Processo de edição.....	18
2.3 Projeto de divulgação.....	22
2.4 Custos e gastos.....	24
Referências bibliográficas.....	25
Anexos.....	27

1.0 Introdução

O movimento estudantil (ME)¹ é uma forma de organização política protagonizada por estudantes de diversas faixas etárias. Por meio de diversas ações, como reuniões em espaços acadêmicos, manifestações e campanhas, os estudantes se articulam na luta por diversas causas, por exemplo, defesa da educação pública e do sistema de cotas, luta contra o racismo, xenofobia e machismo, promoção da inclusão e diversidade, entre outras.

No Brasil, o ME surgiu em 1901, com a criação da Federação dos Estudantes Brasileiros. Logo em 1910, foi realizado o primeiro Congresso Nacional de Estudantes, em São Paulo. Em 1937 houve a criação da União Nacional dos Estudantes².

No contexto das universidades PUC-Campinas e Unicamp, diversos estudantes - em sua maioria dos cursos de Ciências Humanas e Linguagens - fizeram parte do movimento estudantil universitário a partir dos anos 60, com o golpe militar que tirou João Goulart da presidência. Durante os 21 anos de regime militar no país, universitários se organizaram dentro do movimento que tinha como maior objetivo lutar contra a ditadura militar e a favor da democracia.

No tempo presente, após 38 anos do fim do regime militar e com o fechamento de diversos Diretórios e Centros Acadêmicos (DA e CA), muitos estudantes de ambas as universidades se organizam dentro de coletivos identitários estudantis - como o Núcleo de Consciência Negra (NCN), o Coletivo Juntos e o Coletivo Correnteza - para lutar a favor dos direitos dos estudantes, a favor das cotas, do feminismo, contra o racismo etc.

Após pesquisar esses dois cenários, isto é, o passado e a atualidade do ME nas duas maiores universidades de Campinas, este projeto experimental tem como proposta abordar a trajetória do movimento estudantil na PUC-Campinas e na Unicamp, em dois períodos: no passado, entre os anos 1960 e 1980, durante o regime militar, e no presente. Levando em consideração outros projetos produzidos pelo curso de Jornalismo, a pauta se destaca pela sua originalidade e ineditismo, ao abordar comparativamente os movimentos estudantis com os núcleos identitários a partir dos princípios do jornalismo audiovisual. Por meio de uma reportagem especial seriada em dois episódios, procura-se relatar o que era o movimento do passado,

¹ Disponível em: <<https://www.politize.com.br/movimento-estudantil/>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

² Disponível em: <<https://www.une.org.br/2011/09/historia-da-une/>>. Acesso em: 25 nov. 2023.

face a um regime militar, e o que ele se tornou no presente, quais as mudanças de organização e ações e qual o foco da luta estudantil hoje. Os dois episódios da reportagem especial estão publicados e disponíveis no *YouTube*, no link [youtube.com/@ProibidoProibir2023](https://www.youtube.com/@ProibidoProibir2023).

O gênero reportagem especial foi escolhido por pertencer ao gênero informativo, predominante em telejornais e outros veículos audiovisuais, trazendo uma ampla visão sobre determinado fato.

Conceito de gênero, seja jornalístico ou literário, nos revela que os gêneros são mutáveis. Não surgem do nada. Transformam-se com o tempo. São históricos. Então, quando as pessoas dizem que eles já foram estabelecidos, estão se esquecendo de que os novos gêneros não surgirão de uma hora para a outra, desvinculados do que já existe (Bertocchi, 2005).

As produções audiovisuais em portais jornalísticos estão se tornando algo comum, pois apresentam os formatos consolidados no telejornalismo brasileiro, mas também no campo da experimentação e na produção dos mesmos. Sendo assim, os gêneros jornalísticos audiovisuais começam a se reinventar com as amplas possibilidades e o avanço da tecnologia digital, mantendo os princípios de um jornalismo ético e associado aos interesses de cada cidadão.

Considerando o tema e a modalidade deste projeto experimental, o trabalho é voltado a estudantes de Ensino Médio e universitários que possam se interessar por organizações políticas e sociais, principalmente pelo movimento estudantil. É para aqueles que queiram entender a importância dos estudantes no contexto sociodemocrático de um país, além das possíveis formas de atuação.

Com este relatório técnico, é possível ler e entender sobre o tema e recorte jornalístico escolhido para a realização do trabalho, conhecer as fontes usadas na reportagem especial, o que foi sendo descoberto conforme a apuração acontecia, e por fim, como o trabalho foi produzido, editado e divulgado.

CAPÍTULO 1

1.1 Contextualização do tema e recorte jornalístico

O tema escolhido para este projeto experimental são os movimentos estudantis da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), com foco nos períodos do regime militar (1964-1985) e no período atual (2023). A modalidade é o jornalismo audiovisual, no gênero reportagem especial seriada.

Durante a ditadura militar, de 1964 a 1985, os estudantes se destacaram como um grupo de oposição ao governo. Enfrentaram as leis repressivas e mobilizaram a sociedade na luta por seus direitos. O movimento estudantil (ME) organizou ações como manifestações, passeatas, debates, congressos e jornais clandestinos. Com a influência refletida na cultura nacional, estudantes lutaram para combater o regime autoritário.

Antes mesmo do período da ditadura, que começou em 1964, os estudantes desempenhavam um papel importante na política brasileira. A União Nacional dos Estudantes (UNE) apoiou João Goulart na presidência da República e foi um dos principais grupos de oposição ao regime militar iniciado por Castelo Branco, e, apesar das tentativas do governo de desarticular o movimento, os estudantes conseguiram se reorganizar.

As mobilizações realizadas pelo Movimento Estudantil levaram para as ruas a militância engajada, ainda que constituíssem um número reduzido do universo compreendido pela grande massa de trabalhadores, pouquíssimos conquistaram o acesso ao ensino superior. No entanto, mesmo sendo um contingente pequeno, preocuparam e incomodaram os círculos militares da ditadura, que foram ampliando cada vez mais a repressão, a censura e a perseguição política, gerando o aprisionamento de muitos líderes estudantis, além da morte, exílio e desaparecimento de várias pessoas que se posicionaram contra o regime ditatorial no país (Freitas, Gomes, p.18).

Além de suas atividades políticas, o movimento estudantil promoveu uma agitação cultural no país. No início da década de 1960, a UNE lançou o Centro Popular de Cultura (CPC), uma entidade ligada à UNE. O CPC foi criado como um braço da movimentação cultural, e, embora o CPC tenha sido extinto juntamente com a UNE, ele manteve um núcleo de ação no Grupo Opinião, formado após o golpe.

Santos (2009) aponta que a UNE realizou, na década de 1960, muitos eventos que tinham como foco discussões sobre a universidade brasileira, as classes populares do Brasil e a situação do país. Nesse contexto, a UNE promoveu dois seminários nacionais para discutir a reforma universitária no país – um em Salvador e outro em Curitiba -, e publicou a Carta do Paraná durante o último, que reivindicava o direito dos estudantes de participar nos órgãos colegiados das universidades. A luta pela reforma universitária desencadeou uma greve nacional, que paralisou a maioria das universidades brasileiras na época.

Em 1966, a luta dos estudantes contra o regime militar no Brasil se intensificou. Foi decretado pela UNE, em 22 de setembro, o Dia Nacional de Luta contra a Ditadura.

Os estudantes saíram em passeata pelas ruas em vários estados brasileiros sendo violentamente reprimidos. Este episódio ficou conhecido como “Setembrada”, e resultou no “Massacre da Praia Vermelha”, em que os estudantes ficaram presos na Faculdade de Medicina do Rio, sendo agredidos e havendo muitas prisões (Santos, 2009, p.105).

De acordo com um estudo realizado pela Comissão da Verdade do Estado de São Paulo “Rubens Paiva”³, dos 436 mortos e desaparecidos políticos listados no Dossiê elaborado pela Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, 125 eram estudantes.

[...] a repressão se intensificou àqueles que se opunham ao governo. Líderes estudantis e partidários foram perseguidos, muitos foram presos e torturados e alguns até foram mortos, como Carlos Marighella (líder da ALN), Mário Alves (líder do PCBR), Honestino Guimarães (presidente da UNE em 1971), Alexandre Vanucchi Leme (líder estudantil da USP), entre muitos outros. Para as organizações políticas, restava apenas a clandestinidade e a prática de algumas ações armadas, como saques a banco e sequestros de personalidades políticas, a fim de financiar a luta e a preparação para a guerrilha almejada pelos que defendiam a luta armada (Santos, 2009, p. 101-102).

Ao relacionar a temática da ditadura militar o Brasil – que completou 59 anos no dia 31 de março de 2023 – com o contexto sociopolítico atual, podemos destacar alguns acontecimentos dentro do cenário político nacional recente, como por exemplo o resgate de uma das propagandas do regime militar, o slogan ‘Deus,

³ Disponível em: <<http://comissaodaverdade.al.sp.gov.br/relatorio/tomo-i/parte-ii-cap6.html>>. Acesso em 28 de maio de 2023.

Pátria e Família’, pelo bolsonarismo – um fenômeno político de extrema-direita que surgiu no país com a ascensão da popularidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, em 2018.

Outro ponto é a rejeição de Bolsonaro aos movimentos estudantis. Em uma tentativa de intimidar e silenciar estudantes, Bolsonaro acionou, em 2018, o judiciário para retirar as postagens da campanha “Bolsonaro Não” das redes sociais, realizada pela União Nacional dos Estudantes (UNE)⁴, entidade que representa os estudantes brasileiros. A atitude, inclusive, lembra a censura que ocorreu em muitos casos durante o regime militar.

Eventos como esses citados anteriormente mostram que, apesar do fim do regime militar em 1985, a sociedade brasileira ainda presencia episódios que são reflexos da política de extrema direita.

Na Unicamp, o movimento estudantil começou em 1967. Na PUC-Campinas, o movimento teve início, de uma forma mais organizada, a partir dos anos 60. Na época, os objetivos dos estudantes das duas universidades eram unificados, tendo como uma das suas principais reivindicações a oposição ao governo militar. As atividades desenvolvidas pelos discentes eram assembleias, reuniões e manifestações de rua.

Hoje, os coletivos das duas universidades organizados pelas causas identitárias sucedem os movimentos estudantis que eram predominantemente influenciados pelas correntes político-partidárias. Os núcleos identitários assumiram, nos últimos anos, a representação estudantil. A diferença é que eles se baseiam nas causas feministas, antirracistas, de gênero, contra o machismo etc.

Nesse cenário, o projeto experimental foi direcionado para os movimentos estudantis da PUC-Campinas e da Unicamp, relatando, de forma analítica, como os estudantes dessas faculdades atuavam durante o regime militar e como se organizam atualmente.

1.2 Modalidade

Para a realização desse projeto experimental, foi decidido seguir a modalidade do jornalismo audiovisual, com o gênero de reportagem especial seriada publicada na plataforma *YouTube*.

⁴ Disponível em:

<<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/24/bolsonaro-quer-perseguir-a-une-como-nos-tempos-da-ditadura>>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

Do ponto de vista teórico, a jornalista Cristiana Bedei, no artigo ‘Como elaborar reportagem especial’⁵ para a Rede de Jornalistas Internacionais, traz a reportagem especial como um meio para traçar histórias e construir uma linha do tempo e um arco narrativo. Além disso, os recursos da reportagem - pesquisa, observação, entrevistas e documentação, são estrategicamente relevantes para estabelecer umnexo entre a temática e os dias atuais

Considerando os novos modelos de telejornalismo que surgiram no Brasil em meados da década de 1970, Egle Müller Spinelli (2012) destaca que “a evolução da linguagem, dos gêneros e formatos, ocorreu justamente com as transformações tecnológicas do setor” (Spinelli, 2012, p. 2).

A reportagem, junto com os formatos estabelecidos anteriormente, passa a ser o motor propulsor das notícias e o gênero informativo é predominante nos telejornais a partir da aplicação de conceitos de isenção, imparcialidade e a ampla busca de versões plurais para trazer uma visão totalizante sobre determinado fato (Spinelli, 2012, p. 2-3).

A expansão da Internet como conceito de rede digital gerou uma revolução em muitos aspectos da vida cotidiana e dos hábitos pessoais, sendo uma das transformações mais notáveis o maior alcance de conteúdos jornalísticos, facilitado pelo uso de aparelhos celulares e pelo surgimento de redes sociais. Anteriormente, para se ter acesso a notícias, era preciso recorrer aos meios de comunicação tradicionais – como rádio, televisão, jornais impressos e revistas -, mas, atualmente, basta apenas um simples toque no celular para encontrar informações em rede. Com isso, entende-se que a popularização da Internet contribui para a democratização da informação e da comunicação.

Com a popularização da web nos anos 90, proporcionando o acesso à informação de modo quase irrestrito e ilimitado aos usuários, o jornalismo, já feito em outros meios, vislumbrou nesse ambiente um novo espaço para a divulgação de notícias. Os primeiros passos foram dados pelos veículos impressos que construíram sites para disponibilizar seus conteúdos também no formato digital (Ferreira, Filho, 2012, p. 136-137).

A partir dessa transformação da indústria de comunicação pela Internet, o conteúdo audiovisual chega a outras telas. Com o objetivo de documentar e trazer relatos de um período marcante e atual no Brasil, o produto deste projeto

⁵ Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/story/como-elaborar-reportagem-especial>>. Acesso em: 20 de junho de 2023.

experimental está disponível na plataforma *YouTube*, como um material jornalístico acessível e pronto para consumo a qualquer momento.

De acordo com Puhl e Araújo (2012), o YouTube “compreende diversos tipos de participantes, ou seja, usuários que fazem usos distintos da ferramenta” (Puhl, Araújo, 2012, p. 715). Com isso, um sistema cultural dinâmico é criado, uma vez que o produto se torna um artefato da cultura participativa.

Além disso, Machado e Ferreira (2012) afirmam que, com a construção do jornalismo na Internet, os meios jornalísticos contribuem para a longevidade dos preceitos do jornalismo, como a atualidade, universalidade, periodicidade e difusão.

Como o jornalismo na web se inicia “inspirado” nos modelos clássicos do offline, sua forma de produção, redação e edição traz resquícios destes em um novo formato e linguagem. Devido a isso, a velocidade da informação no meio online e as potencialidades multimídias e interativas do online, que constroem uma nova rotina jornalística, não são impeditivos para se continuar a busca pela qualidade e credibilidade da informação (Machado, Ferreira, 2012, p. 141).

Com o relato de ex-estudantes e estudantes participantes dos movimentos estudantis, a reportagem foi dividida em dois episódios que registraram parte da história desses movimentos da PUC-Campinas e da Unicamp durante a ditadura militar e atualmente. A escolha do audiovisual para reunir esses relatos se baseia na eficácia em transmitir e recepcionar a mensagem, além de auxiliar no envolvimento do espectador por meio da sensorialidade que a modalidade proporciona, e a predominância da audiência nas redes sociais e canais da web, que prefere conteúdos veiculados pelos recursos audiovisuais.

Spinelli (2012) também cita a reinvenção dos gêneros e formatos da produção jornalística audiovisual a partir das convergências comunicacionais, tecnológicas e profissionais.

Este percurso é inevitável com a evolução das tecnologias digitais, que implicam na instauração de modelos de negócios e na renovação de gêneros e formatos que mantenham os princípios de um jornalismo ético e atrelado aos interesses dos cidadãos, e, quem sabe, esteja a frente dos interesses mercadológicos estabelecido pela indústria de comunicação de massa (Spinelli, 2012, p. 13).

Considerando a eficácia das redes sociais para captar a atenção de possíveis espectadores, um perfil no *Instagram* foi criado exclusivamente para o projeto, com o

objetivo de divulgar, desde o início, o processo de apuração, coleta de informações, entrevistas e curiosidades relevantes sobre o tema.

1.3 Justificativa

A escolha do tema deste projeto experimental foi feita devido à oportunidade inédita de abordar, de forma comparativa e por meio de uma reportagem especial, os movimentos estudantis das universidades PUC-Campinas e Unicamp. A decisão se deu também a partir da possibilidade de abordar o assunto frente ao cenário político do país nos últimos anos, nos quais o regime militar foi exaltado por segmentos políticos e em campanhas eleitorais. É importante também destacar a participação de estudantes universitários em manifestações e movimentações sociais no país, o que comprova a relevância de organizações estudantis no contexto sociopolítico do Brasil.

A intenção do produto é fazer uma comparação crítica entre os períodos e a conduta dos estudantes, que mudaram com o passar dos anos. Para isso, foi decidido seguir com o formato de jornalismo audiovisual e com o gênero de reportagem especial seriada. Vale ressaltar que o gênero documentário jornalístico não foi escolhido pela dificuldade em obter imagens, principalmente, do período do regime, e pela imersão exigida para um documentário. A preferência pela reportagem especial não exclui, porém, registros documentais como os depoimentos que foram obtidos nas entrevistas.

O jornalismo audiovisual foi escolhido pois é uma vertente do jornalismo que combina a capacidade das imagens e do som para contar histórias e informar o público. Ou seja, o elemento central do jornalismo audiovisual é o uso de vídeo e áudio para transmitir informações. Outro fator importante é a demanda por produções audiovisuais pela internet, o que amplia a possibilidade de audiência, em especial para as novas gerações. Em 2022, segundo dados da Agência Nacional do Cinema (ANCINE), mais de 95 milhões de pessoas consumiram produtos audiovisuais.

Nesse contexto, como explicado no tópico anterior, a reportagem especial seriada foi escolhida como gênero do produto, pois esta se destaca pela profundidade e enfoque na cobertura de um tema específico ao longo de pelo menos dois episódios, como é o caso do produto (reportagem especial).

Ao estender a cobertura sobre o movimento estudantil nos dois cenários, houve a oportunidade de aprofundar as pesquisas, entrevistar diversas fontes, apresentar histórias e análises mais completas e, dessa forma, oferecer ao público uma visão mais abrangente do tema.

1.4 Processo de apuração

No primeiro semestre de 2023, foi formado o grupo do projeto experimental, com Carolina Felski, Giullia Galbiatti e Pedro Valota. O grupo selecionou algumas ideias de temas para apresentar ao professor da disciplina de Metodologia do Projeto Experimental, Marcel Cheida, já com o objetivo de produzir o projeto seguindo a modalidade do jornalismo audiovisual. Com o auxílio do professor Marcel Cheida, um tema foi escolhido e, a fim de trazer a característica do ineditismo para o trabalho, um recorte mais específico também foi definido. Sendo assim, chegou-se à ideia de produzir uma reportagem especial seriada sobre os movimentos estudantis da PUC-Campinas e da Unicamp em dois períodos, anos 60 a 80, durante o regime militar no Brasil, e atualmente. Com a escolha da modalidade e posteriormente do gênero - reportagem especial seriada -, foi possível abordar ambos os períodos, analisar as mudanças dentro do movimento estudantil das duas universidades citadas e trazer a questão da comparação para o trabalho.

Com o tema, modalidade e gênero definidos, a busca por material bibliográfico a ser usado como base para a articulação da proposta de projeto experimental foi iniciada. Em conjunto em sala de aula, o grupo definiu palavras-chave durante a busca pelo material a ser usado no projeto, como movimento estudantil no Brasil, ditadura militar, jornalismo audiovisual e gêneros do jornalismo, UNE, reportagem especial, luta estudantil, coletivos identitários etc. Com isso, foi possível encontrar artigos científicos, textos, livros e trabalhos acadêmicos de diversos autores e estudiosos como Beatriz Becker, Bernardo Kucinski, Angélica Muller, Egle Müller Spinelli, Nelson Traquina e Lígia Braslaukas. O material reunido foi dividido igualmente entre os membros do grupo para que a leitura e fichamento das obras fosse feito durante o semestre, mas a revisão bibliográfica acabou por ser feita por dois membros do grupo de trabalho - Carolina Felski e Pedro Valota.

Após dar início à parte escrita da proposta de projeto experimental, a partir do fichamento de obras realizado, foi possível começar também a pesquisa de fontes e personagens para a reportagem especial. Em relação ao primeiro período a ser

abordado na produção - anos 60 e 80 -, os professores Marcel Cheida e Ciça Toledo auxiliaram ao apresentar ao grupo contatos de ex-estudantes da PUC-Campinas e Unicamp da época citada. Para encontrar os estudantes atuais de ambas as universidades, a pesquisa foi feita com colegas de turma, outros cursos das universidades e redes sociais dos coletivos estudantis. Dessa maneira, foi possível selecionar as fontes a serem utilizadas na reportagem. O contato inicial com essas pessoas foi feito por e-mail, telefone e mensagens; houve retorno da maioria, e uma pequena quantidade que não respondeu. Para a etapa da reportagem que cita os movimentos estudantis da época do regime militar, foram selecionados os professores e cientistas sociais Augusto e Maria Clotilde Petta, o filósofo e teólogo Arnaldo Lemos, a assistente social aposentada Helena Lopes, o sociólogo Alcides Mamizuka e o cientista social, professor e pesquisador Lejeune Mirhan. Augusto e Maria Clotilde Petta participaram do movimento estudantil da PUC-Campinas de 1964 a 1968, assim como Helena Lopes. Alcides Mamizuka participou também, à mesma época, do movimento estudantil da Unicamp. Lejeune Mirhan participou do movimento estudantil da PUC-Campinas nos anos finais do regime, a partir de 1982, e Arnaldo Lemos, por sua vez, chegou à PUC-Campinas no último ano da ditadura militar, em 1985, para lecionar na Faculdade de Ciências Sociais.

Durante os meses de maio e junho, as pré-entrevistas e apuração de informações com os nomes citados foram realizados de forma virtual pela plataforma *Google Meet*, tendo como base uma lista de perguntas que proporcionou uma pesquisa de campo satisfatória e completa. Todas as entrevistas foram gravadas e posteriormente decupadas, o que auxiliou na definição do assunto a ser abordado com cada uma das fontes nas gravações definitivas do segundo semestre. Em relação às fontes do segundo período da reportagem, ou seja, os estudantes atuais de ambas as universidades, houve dificuldade no contato e na seleção de personagens, uma vez que não existem muitos estudantes participantes de coletivos estudantis principalmente na PUC-Campinas. Foi apenas no segundo semestre, com o retorno das aulas, que foi possível obter retorno de estudantes participantes desses coletivos estudantis e centros acadêmicos (CAs) da PUC-Campinas e Unicamp. Foi realizado o contato com 25 estudantes atuais, com a seleção final de cinco pessoas também. Com menos tempo para produção em agosto, a entrevista exploratória com os estudantes selecionados foi feita via telefone.

As pré-entrevistas com todas as dez fontes selecionadas auxiliou no

direcionamento desejado do projeto, bem como no amadurecimento da ideia inicial. Conforme as conversas e entrevistas foram sendo feitas, foi possível determinar o que seria abordado com cada uma das fontes nas entrevistas finais, marcadas para serem gravadas durante os meses de setembro e outubro com os cinegrafistas da PUC-Campinas. Com as fontes do primeiro período da reportagem - anos 60 a 80 -, foi possível entender como o movimento estudantil das universidades se mobilizou diante de uma ditadura militar, como uma universidade católica se portou perante o regime, como os estudantes se organizavam e agiam, como vários desses já haviam participado de outros movimentos estudantis antes de entrarem na universidade, como Maria Clotilde Petta e Helena Lopes com a Juventude Escolar Católica (JEC), e como outros, como Lejeune Mirhan, enfrentaram professores e reitores durante a luta a favor da democracia. Ao realizar as pré-entrevistas com os estudantes atuais, foi possível fazer uma comparação com o movimento estudantil do passado, entender o que mudou e quais as heranças deixadas por aqueles que lutaram há mais de 60 anos, quais as causas atuais do movimento - que hoje se articula por meio de coletivos identitários espalhados no país inteiro - e qual a sua importância no contexto sociopolítico de hoje.

Outra atividade realizada para a apuração dentro do projeto, foi a busca por material de apoio - isto é, jornais, matérias, vídeos e fotografias do passado e do presente. Para isso, o grupo se deslocou até o Arquivo Edgard Leuenroth (AEL), na Unicamp. Lá, foi possível encontrar e analisar registros físicos de diversos movimentos sociais ocorridos no Brasil.

Outros materiais de apoio, como os vídeos e fotografias que aparecem em ambos os episódios da reportagem especial, foram fornecidos por fontes como Lejeune Mirhan, Jonathan Camargo e Bruna Costa.

Conclui-se que, a partir da leitura e fichamento de obras relacionadas à temática do trabalho, da pesquisa de campo realizada no AEL e do estudo dos materiais de apoio disponibilizados pelas fontes, foi possível apurar sobre o movimento estudantil da PUC-Campinas e da Unicamp do passado e também do presente.

1.5 Seleção de fontes

Augusto Petta

Augusto tem 76 anos e se formou em 1969 em ciências sociais na PUC-Campinas. Na época, ainda quando estudante - durante o regime militar, fez parte do movimento estudantil da universidade, juntamente com sua esposa, Maria Clotilde. Atualmente é professor de sociologia e faz parte do Centro de Estudos Sindicais, que realiza cursos, palestras, planejamentos, debates e seminários para sindicalistas e trabalhadores de forma geral.

Maria Clotilde Petta

Maria Clotilde tem 76 anos e se formou em 1969 em ciências sociais na PUC-Campinas. Na época, ainda quando estudante - durante o regime militar, fez parte do movimento estudantil da universidade, juntamente com seu esposo, Augusto Petta. Atualmente é professora de sociologia na PUC-Campinas e diretora do Sindicato dos Professores de Campinas.

Helena Lopes

Helena Lopes tem 77 anos e se formou em 1968 em serviço social na PUC-Campinas. Na época, ainda quando estudante - durante o regime militar, fez parte do movimento estudantil da universidade. Atualmente é professora e assistente social aposentada.

Alcides Mamizuka

Alcides Mamizuka tem 79 anos e é sociólogo formado pela Unicamp. Alcides foi um dos primeiros estudantes da Unicamp a integrar o movimento estudantil da universidade na época. Atualmente é aposentado.

Lejeune Mirhan

Lejeune Mirhan tem 66 anos e se formou em 1981 em ciências sociais na PUC-Campinas por uma decisão política. Na época, ainda quando estudante - durante o regime militar, foi uma das lideranças do movimento estudantil na universidade. Atualmente é sociólogo, escritor, autor e professor de sociologia e ciência política.

Arnaldo Lemos

Arnaldo Lemos tem 86 anos e se formou em 1985 em ciências sociais na PUC-Campinas. Ordenado padre, em 1960, Arnaldo começou a lecionar Literatura no Seminário Menor de Guaxupé-MG e Lógica e Sociologia no Seminário Maior, no curso de Filosofia. Em 1967, foi para a diocese de Itabira, onde fez um trabalho com os operários da Vale do Rio Doce e durante o ano de 1968, esteve trabalhando na CNBB, no Rio de Janeiro, quando teve a oportunidade de presenciar e participar das

lutas sociais contra o regime militar. Deixou o sacerdócio no final de 1968. Atualmente é professor da Faculdade de Ciências Sociais, do Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas da PUC-Campinas.

Sarah Moura

Sarah tem 19 anos, cursa história na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e faz parte, desde o início de 2023, do Núcleo de Consciência Trans - entidade da Unicamp que luta pela conquista de cotas para pessoas trans e travestis na universidade. Além disso, desde 2022 integra o movimento Juntos.

Jonathan Camargo

Jonathan tem 21 anos, é estudante de história na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e participa do Núcleo de Consciência Negra da universidade. É membro do Movimento Correnteza na Unicamp e é militante filiado à Unidade Popular (OP). Além disso, compõe a chapa quatro do centro acadêmico de ciências humanas da Unicamp.

Luiza Siqueira

Luiza tem 20 anos, cursa psicologia na PUC-Campinas e integra a gestão do centro acadêmico de psicologia na universidade. Em 2023 a estudante entrou para o Movimento Correnteza na PUC-Campinas e para o Movimento de Mulheres Olga Benário. Além disso, é militante filiada à Unidade Popular (OP).

Christian Ranieri

Christian tem 19 anos, é estudante de psicologia da PUC-Campinas e faz parte, desde o início de 2023, do movimento Correnteza na PUC-Campinas. Christian pretende compor, na próxima eleição, uma das chapas do centro acadêmico de psicologia.

Bruna Costa

Bruna Costa tem 22 anos, cursa ciências sociais na PUC-Campinas e faz parte, desde 2020, da gestão do centro acadêmico de ciências sociais na universidade. Além disso, é integrante do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) - regional de Sorocaba, e é atriz de teatro.

Beatriz Mezzalira

Beatriz tem 26 anos, é graduada em Ciências Sociais pelo Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas e mestranda em Ciências Políticas pela mesma universidade. É membro do Grupo de Estudos em Política Brasileira (PolBras), vinculado ao Centro de Estudos de Opinião Pública

(CESOP/Unicamp) e Coordenadora de Comunicação no Programa de Extensão em Educação Política (PROEEP). Também é aluna associada ao Projeto Temático "Qualidade da Democracia Brasileira: representação política, partidos e o Sistema de Integridade". Atualmente estuda comportamento político, eleições de 2018 e a emergência do populismo no Brasil.

Luís Felipe Valle

Luís Felipe tem 34 anos, é geógrafo graduado pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e mestre em Linguagens, Mídia e Arte pela PUC-Campinas. Professor especializado em Ciência Política e Educação e Direitos Humanos.

Fontes como Augusto Petta, Maria Clotilde Petta, Helena Lopes, Alcides Mamizuka e Lejeune Mirhan foram selecionadas por conta da participação nos movimentos estudantis da PUC-Campinas e Unicamp durante o regime militar. Arnaldo Lemos foi escolhido pelo envolvimento com a igreja católica e com os estudantes durante a ditadura militar, vivenciando episódios como a missa de sétimo dia do estudante Edson Luís.

Sarah Moura, Jonathan Camargo, Luiza Siqueira, Christian Ranieri e Bruna Costa foram escolhidos pelo envolvimento destas com os movimentos estudantis atuais da PUC-Campinas e Unicamp, seja por meio dos coletivos ou centros acadêmicos.

Por fim, fontes como Luis Felipe Valle e Beatriz Mezzalira foram incluídas pois são especialistas em pontos que foram tocados nas reportagens, como a importância do movimento estudantil no contexto do regime militar e na formação da cidadania, e a mudança de pautas e causas dos movimentos estudantis devido às transformações digitais e ao ativismo que acontece no ciberespaço.

CAPÍTULO 2

2.1 Desenvolvimento da produção

A partir do segundo semestre, com recorte, gênero, modalidade e fontes definidas, a componente do grupo Carolina Felski criou organizadores de tarefas e *checklists* virtuais na plataforma *Trello* para auxiliar nos agendamentos e cumprimentos de prazo do grupo para a parte final da produção do projeto experimental.

Com isso e com as pré-entrevistas realizadas, o agendamento de gravação das entrevistas definitivas foi feito com o Laboratório de Imagem e Som (Labis) da PUC-Campinas. Durante os meses de setembro e outubro, as entrevistas finais usadas na reportagem foram gravadas pelos cinegrafistas da universidade, seguindo as pautas de gravação também produzidas por Carolina Felski. Quem conduziu as entrevistas foi o estudante Pedro Valota.

Com esta etapa finalizada, veio a decupagem de todas as entrevistas pela plataforma *Pinpoint*, do *Google*, e os textos dessas decupagens foram todos organizados por pastas separadas por nomes em um *Drive*, por Carolina Felski.

Com as decupagens feitas, o grupo se reuniu para fazer os espelhos de edição antes dos roteiros finais. Para isso, foi feita a leitura e análise de todo o conteúdo reunido, os episódios foram desenhados - neste momento, foi decidido seguir com dois episódios de 15 minutos cada, e não três -, e determinado o que entraria em cada minuto de ambos os episódios.

Coube aos integrantes do grupo, Carolina Felski e Pedro Valota a produção e a redação do roteiro e das passagens, que foram apresentadas pela Giullia Galbiatti.

Com a correção dos espelhos finalizada pelo professor orientador Marcel Cheida, o grupo se reuniu novamente para produzir os roteiros de edição dos dois episódios da reportagem especial.

Com modelo disponibilizado pelo Labis, os dois roteiros de edição - contendo *offs* e passagens da repórter, sonoras, *GCs*, trilha sonora, imagens de apoio e *takes* de gravação, foram produzidos. Ao dar início a esse processo, o grupo notou que seriam necessários mais materiais de apoio. Além das imagens feitas pelos cinegrafistas, as fontes auxiliaram nesse quesito - algumas enviaram fotos antigas e atuais das ações dos movimentos e coletivos estudantis de ambas as universidades.

Com este material pronto, foi possível agendar e realizar a edição do projeto experimental no Labis, com a editora de vídeo Carolina Mantovani. As edições aconteceram a partir da segunda quinzena de outubro, e seguiram até a segunda quinzena de novembro; houve um atraso devido a compromissos acadêmicos da editora e da universidade, que realizou eventos como o Reverbera, Jornada Cultural e Semana Acadêmica, ou seja, os horários de edição agendados previamente pelo grupo foram desmarcadas e depois remarcadas pelo próprio Labis.

Com 40h de edição disponíveis, o grupo se dividiu para acompanhar a editora. O estudante Pedro Valota esteve presente em todas as edições das

primeiras duas semanas, e Giullia Galbiatti acompanhou duas edições - sendo que em uma delas, foi realizada a gravação dos *offs* e passagens da reportagem. A partir da terceira semana, o período foi dividido entre Carolina Felski e Giullia Galbiatti. A estudante Giullia Galbiatti, em virtude de uma viagem de catorze dias durante o período, só pôde comparecer em duas edições, e a estudante Carolina Felski esteve presente nas restantes.

Durante o processo de edição, protestos estudantis e até mesmo uma greve de discentes ocorreram na Unicamp. Dada a importância do ocorrido em relação à temática do projeto experimental, o evento foi incluído e citado no roteiro de edição, tendo sido ilustrado por imagens, vídeos e documentos oficiais fornecidos pelos estudantes e pela própria universidade.

Com a edição e correção dos episódios finalizados, o grupo deu início à escrita deste relatório técnico, concluindo assim, a produção do projeto experimental.

2.2 Processo de edição

Como apresentado no cronograma que foi feito pelo grupo e aprovado pelo orientador, o processo de edição da reportagem especial seriada começou no final do mês de outubro, no dia 23, com previsão de término no começo do mês de novembro, dia 09, totalizando as 40 horas. Porém, algumas mudanças foram feitas em função da editora do Labis, que teve de participar de eventos da universidade - como Semana Acadêmica e Reverbera. Os agendamentos foram feitos com antecedência, visando a dificuldade de marcar horário no fim do semestre, quando mais estudantes necessitam finalizar seus projetos acadêmicos.

A edição foi realizada em cinco semanas, por conta das mudanças e de alguns feriados que ocorreram durante o planejamento, contando com a editora Carolina Mantovani. A reportagem especial foi dividida em dois episódios; o primeiro com foco nos estudantes que participaram do movimento estudantil da PUC-Campinas e da Unicamp durante o regime militar, e o segundo trazendo estudantes atuais também dessas duas universidades, que participam hoje do movimento.

O processo de edição começou a partir da produção de espelhos para os dois episódios da reportagem. Na ocasião, o grupo se reuniu por meio de uma videochamada para realizar a tarefa. Com a correção dos espelhos pelo professor

orientador, foi possível dar início à produção dos roteiros de edição definitivos.

Durante a primeira semana de edição, a criação da vinheta de abertura foi feita. A editora montou os dois esqueletos dos episódios, e ao longo dos dias, foi possível inserir as imagens das entrevistas, imagens de apoio, arte, *offs* e passagens. Durante esse processo, o grupo, juntamente com o professor orientador, encontrou ruídos nos *offs*, que tiveram de ser regravados. Com o correr das semanas, a estudante Carolina Felski sempre mandava os episódios ao professor orientador, que analisava o que estava sendo feito e o que precisaria ser alterado.

É importante ressaltar que o relato de uma das fontes, Alcides Mamizuka, foi apresentado por meio de uma sonora e uma arte na reportagem especial. Alcides apresentou problemas de saúde durante o cronograma de gravação, e, por conta disso, não foi possível gravar com ele presencialmente.

Ao longo das edições, o grupo se dividiu entre os agendamentos do Labis. As alterações necessárias sempre foram feitas e, assim, as 40h de edição foram cumpridas, chegando à finalização da edição do trabalho no dia 21 de novembro.

Figura 1: capa do episódio 1 (fonte: print da tela)



Figura 2: arte criada para apresentar a sonora de Alcides Mamizuka (fonte: print da tela)



Figura 3 e 4: imagens dos estudantes no movimento em 1964 (fonte: print da tela)

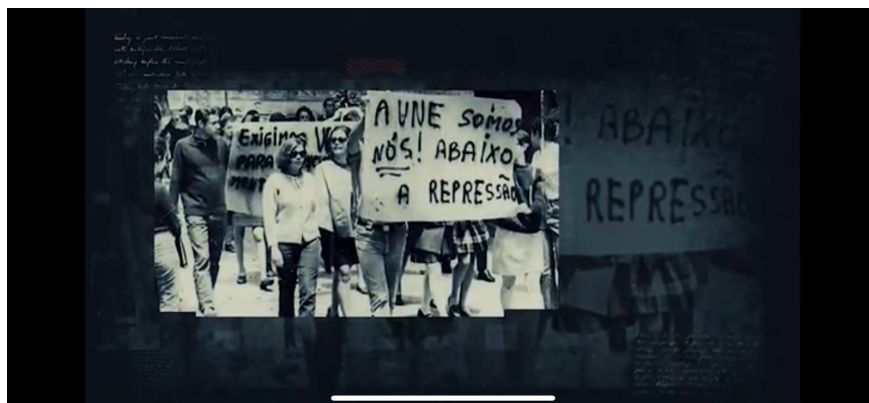
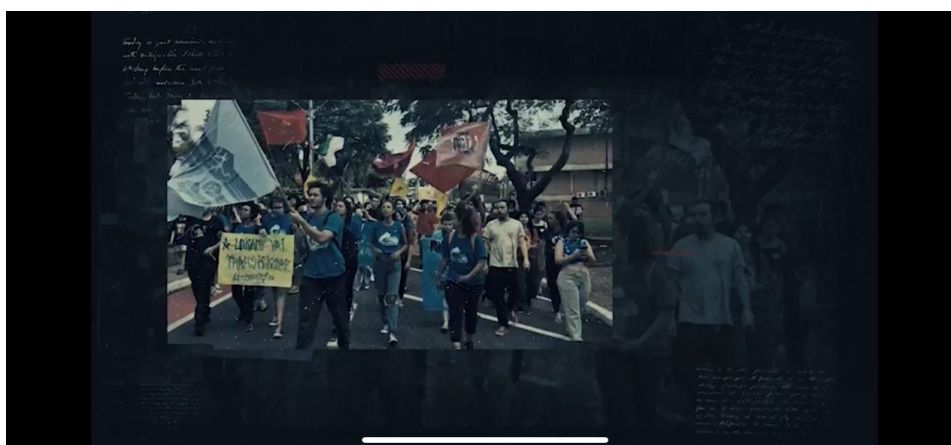
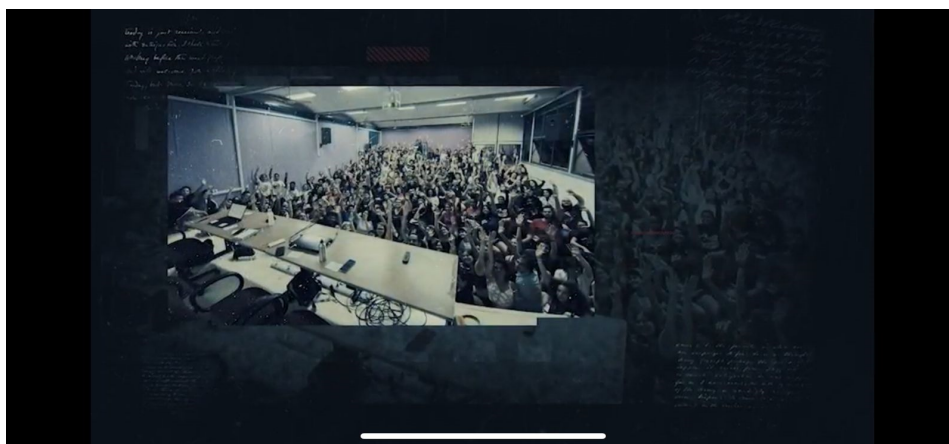


Figura 4 e 5: imagens dos movimentos atuais (fonte: print da tela)

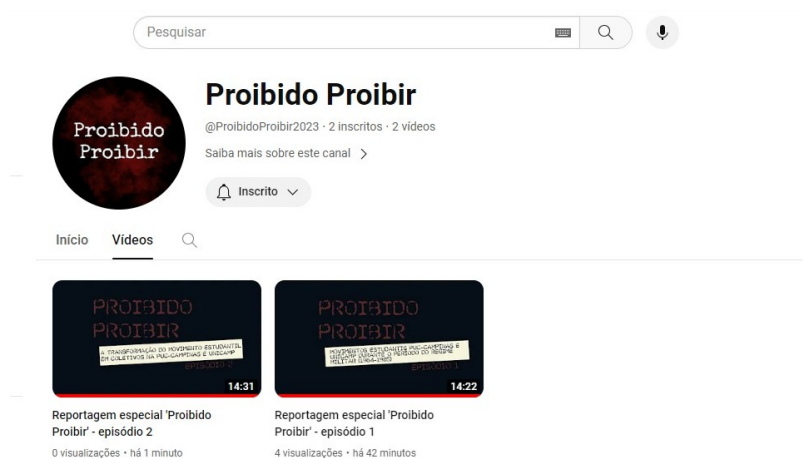




Considerando o gênero reportagem especial seriada, seguindo a modalidade do jornalismo audiovisual que engloba projetos bem trabalhados visual e sonoramente, a reportagem especial foi publicada na plataforma de vídeos *YouTube*, com o intuito de alcançar diversas pessoas a partir do tema e ineditismo.

Em resumo, com o objetivo de produzir uma reportagem especial seriada seguindo os princípios do jornalismo audiovisual, foi necessário decupar todo o material sonoro, reunir materiais (imagens e vídeos) de apoio, ler artigos e livros sobre o tema para articular a história a ser contada e começar a estruturar por meio de espelhos - etapa na qual foi possível perceber que o mais viável seriam dois episódios. Com o material todo reunido, os roteiros finais de edição foram produzidos, tendo como produto final a reportagem especial de dois episódios.

Figura 6: perfil no YouTube com os episódios (fonte: print da tela)



2.3 Proposta de divulgação

Para a primeira etapa de divulgação do produto (a reportagem especial), o grupo optou por usar as redes sociais, neste caso, o *Instagram*. A estudante Carolina Felski criou um perfil para o trabalho e também todo o design. Também foi ela que fez toda a arte e as publicações, que ilustraram as gravações, entrevistas, processo de edição, curiosidades e explicações sobre o tema e nome do projeto. É possível encontrar o perfil criado neste link: <https://instagram.com/proibidoproibir.tcc>.

Com o produto (a reportagem especial) finalizado, a Carolina Felski criou uma conta no YouTube para a publicação do trabalho, o que pode ser encontrado no link: youtube.com/@ProibidoProibir2023.

Figura 7 e 8: perfil do Instagram (fonte: print da tela)

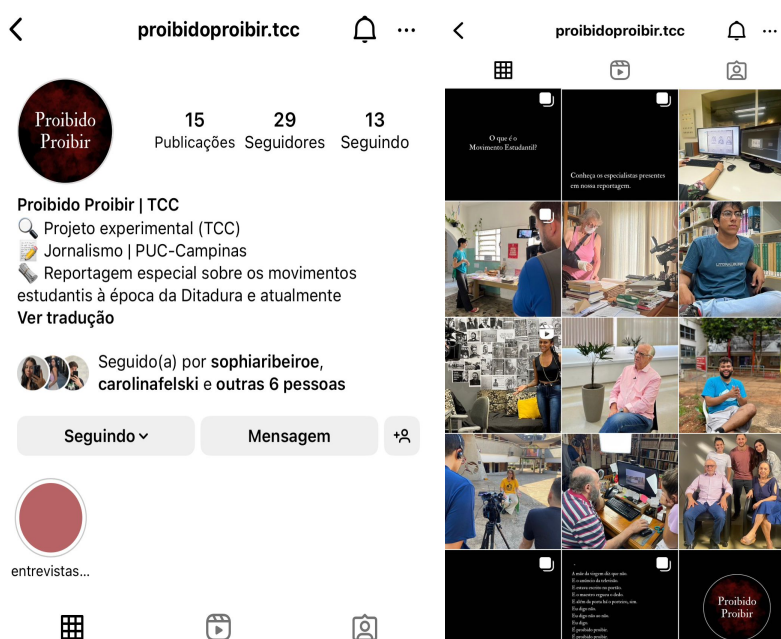


Figura 9: *backstage* de uma das entrevistas (fonte: print da tela)



Nas primeiras publicações, foram apresentados os integrantes do grupo, como cada um enxergava o jornalismo e qual era o intuito do trabalho de conclusão de curso. Além disso, foram apresentados os motivos de escolha do nome (Proibido Proibir) e o que é o movimento estudantil. Para auxiliar no processo de divulgação do projeto, os integrantes do grupo publicaram sobre o perfil criado em suas redes sociais pessoais e divulgaram entre colegas do curso, os entrevistados, amigos e familiares.

Após a finalização da reportagem especial, para a segunda etapa de divulgação, será feito o contato com veículos noticiosos da região de Campinas, bem como com os núcleos identitários citados para oferecer a reportagem especial seriada como um material de estudo sobre os movimentos estudantis da cidade de Campinas.

Figura 10: explicação e imagem sobre o movimento estudantil (fonte: print da tela)



2.4 Custos e gastos

Durante a produção deste projeto experimental, houve apenas gastos com combustível e com transporte público - como Uber e ônibus - para locomoção dos integrantes do grupo até os locais de gravação das entrevistas, que foram todas realizadas no Parque das Universidades, em outros bairros de Campinas e em Sousa.

As gravações das entrevistas, assim como a edição da reportagem especial seriada, foram feitas pelos cinegrafistas e profissionais do Labis da PUC-Campinas. Por este motivo, não houve gastos maiores.

Referências Bibliográficas

AMAS, E. F. B. A TORTURA EM PRESOS POLÍTICOS E O APARATO REPRESSIVO MILITAR. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, [S. l.], v. 29, n. 02, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/9987>>. Acesso em: 24 nov. 2023.

BEDEI, C. Como elaborar reportagem especial. **IJNET**, 22 set. 2022. Disponível em: <<https://ijnet.org/pt-br/story/como-elaborar-reportagem-especial>>. Acesso em: 16 set. 2023.

BERTOCCHI, D. A tecnologia não é inimiga: entrevista com Ramón Salaverría. **Observatório da Imprensa**, 2005. Disponível em: <<https://www.observatoriodaimprensa.com.br/e-noticias/a-tecnologia-nao-e-inimiga/>> Acesso em: 24 nov. 2023.

ESTUDANTES do Movimento Estudantil. **Memórias da Ditadura**. Disponível em: <<https://memoriasdaditadura.org.br/estudantes/>>. Acesso em: 19 abril de 2023.

FILHO, F. M. FERREIRA, M. Jornalismo audiovisual: da tela da TV para outras telas. **Associação Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo**, Unesp Bauru/SP, Vol. 8, n. 2. dezembro, 2012.

FREITAS, V. R.; GOMES, A. M. **O movimento estudantil como forma de resistência à ditadura civil-militar (1964-1968)**. [s.d.]. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, [s.d.].

GASPARI, E. **A ditadura envergonhada: as ilusões armadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

PUHL, P. R.; ARAÚJO, W. F. YouTube como espaço de construção da memória em rede: possibilidades e desafios. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, 2012.

SANTOS, J. S. A repressão ao movimento estudantil na Ditadura Militar. **Revista Aurora**, Marília, dez. de 2009. Disponível em <<https://www.marilia.unesp.br/Home/RevistasEletronicas/Aurora/SANTOS.pdf>>. Acesso em: 19 abril de 2023.

SPINELLI, E. M. Jornalismo audiovisual: gêneros e formatos na televisão e internet. **Revista Alterjor**, São Paulo, julho de 2012. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/alterjor/article/view/88269> >. Acesso em: 19 abril de 2023.

ANEXOS

Roteiros de edição (2 episódios):

Data: -	Nº fita bruta: -	Câmera: -	Editor de texto: -	Retranca: TCC PROIBIDO PROIBIR PARTE I
Produtor(a) / Pauteiro (a): Carolina Felski Pedro Valota Repórter: Giulia Galbiatti				
Ano: 4	Turma:	Período: Matutino	Professor (a):	Marcel Cheida

Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora
		BG: VINHETA ABERTURA	<p>IMAGENS ANTIGAS DO MOVIMENTO NA PUCC E NA UNICAMP // PROIBIDO PROIBIR/ OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS NA PUC-CAMPINAS E NA UNICAMP DURANTE O PERÍODO DO REGIME MILITAR</p> <p>NOS ÚLTIMOS 60 ANOS/ O MOVIMENTO ESTUDANTIL PASSOU POR PROFUNDAS MUDANÇAS// HOJE/ OS COLETIVOS ORGANIZADOS PELAS CAUSAS IDENTITÁRIAS SUCEDEM OS MOVIMENTOS ESTUDANTIS QUE ERAM PREDOMINANTEMENTE INFLUENCIADOS PELAS CORRENTES POLÍTICO-PARTIDÁRIAS// OS NÚCLEOS IDENTITÁRIOS ASSUMIRAM/ NOS ÚLTIMOS ANOS/ A REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL// A DIFERENÇA É QUE ELES SE BASEIAM NAS CAUSAS FEMINISTAS, ANTIRRACISTAS E DE GÊNERO// AS TRANSFORMAÇÕES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL PARA OS COLETIVOS IDENTITÁRIOS/ QUE HOJE REPRESENTAM AS DEMANDAS DOS ESTUDANTES NA PUC-CAMPINAS E NA UNICAMP/ É O QUE ESSA REPORTAGEM ESPECIAL ABORDA//</p> <p>IMG DE APOIO: IMAGENS ANTIGAS E ATUAIS DO MOVIMENTO NAS UNIVERSIDADES</p>
		OFF 1	

		<p>OFF 2</p>	<p>O CASAL DE PROFESSORES MARIA CLOTILDE E AUGUSTO PETTA SE CONHECEU NA TURMA DE 66 DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA PUC-CAMPINAS// COM O AVANÇO DO REGIME MILITAR/ OS DOIS INICIARAM A SUA PARTICIPAÇÃO NO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UNIVERSIDADE/ COM O OBJETIVO DE ORGANIZAR A LUTA DOS ESTUDANTES CONTRA A DITADURA NO PAÍS//</p> <p>IMG DE APOIO: ENTREVISTA DOS DOIS SEM SOM E FOTOS DO CASAL NA JUVENTUDE (DRIVE)</p>
<p>0000 IMG APOIO HENRIQUE</p>		<p>SONORA 01 (TIDE E AUGUSTO) 01:32-02:15</p>	<p>DI: NÓS ENTRAMOS DF: ESTUDANTES SECUNDARISTA</p> <p>IMG APOIO: CASAL ANDANDO NA PUCC GC: PROFESSORES // AUGUSTO PETTA E MARIA CLOTILDE</p>
<p>0000 0016 0015 +DRIVE</p>		<p>PASSAGEM 1</p> <p>SONORA 02 (HELENA LOPES)</p>	<p>O MOVIMENTO ESTUDANTIL FOI UMA DAS PRINCIPAIS FORÇAS DE OPOSIÇÃO À DITADURA MILITAR NO BRASIL//</p> <p>DIVERSOS ESTUDANTES DA PUC-CAMPINAS À ÉPOCA/ COMO O CASAL DE PROFESSORES MARIA CLOTILDE E AUGUSTO PETTA/ E A ASSISTENTE SOCIAL APOSENTADA/ HELENA LOPES/ PARTICIPARAM DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNIVERSIDADE DE 1960 A 1980//</p> <p>DI: NÓS JÁ TEMOS DF: UNIVERSITÁRIO LÁ NA PUC</p>

		<p>03:15-04:12</p> <p>OFF 03</p> <p>SONORA 03 (TIDE)</p> <p>05:18-06:00</p> <p>06:09-06:55</p> <p>OFF 04</p>	<p>IMG DE APOIO: MOSTRANDO OS REGISTROS DA ÉPOCA NO LIVRO</p> <p>GC: ASSISTENTE SOCIAL, APOSENTADA, HELENA LOPES</p> <p>AUGUSTO PETTA FICOU DETIDO POR ALGUNS DIAS APÓS PARTICIPAR DO CONGRESSO DA UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES DE 1968 EM IBIÚNA//</p> <p>FOI NESSE ANO/ COMO CONTA MARIA CLOTILDE / QUE OCORRERAM MUDANÇAS IMPORTANTES NA PUC-CAMPINAS//</p> <p>IMG DE APOIO: IMAGENS DO CONGRESSO UNE DE 68</p> <p>DI: TINHA OCORRIDO DF: CENTRO DA CIDADE</p> <p>IMG DE APOIO: IMAGENS DO PÁTIO DOS LEÕES</p> <p>GC: PROFESSORA// MARIA CLOTILDE</p> <p>NA UNICAMP/ O MOVIMENTO COMEÇOU EM 1967/ APÓS A ABERTURA DE OUTROS CURSOS ALÉM DE MEDICINA//</p> <p>O SOCIÓLOGO ALCIDES MAMIZUKA FOI UM DOS PRIMEIROS ESTUDANTES DA INSTITUIÇÃO A FAZER PARTE DAS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS QUE LUTAVAM CONTRA O REGIME//</p> <p>EM RAZÃO DE ESTAR SOB CUIDADOS MÉDICOS/ NÃO FOI POSSÍVEL GRAVAR A ENTREVISTA PESSOALMENTE COM ALCIDES</p>
--	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>ART E</p> <p>APOI O FIUZ A + IMA GEN S DRI VE</p> <p>0000 0001 0001 DRI VE</p>		<p>SONORA 04 (ALCIDES) 00:01-00:49 001-003/00:33-00:0 51</p> <p>OFF 05</p> <p>SONORA 05 (LEJEUNE) 00:59-01:35 07:59-08:15 08:35-09:03</p>	<p>MAMIZUKA/ MAS/ ELE CONVERSOU POR TELEFONE SOBRE O MOVIMENTO ESTUDANTIL NA UNICAMP DURANTE A DITADURA// IMG DE APOIO: FOTOGRAFIAS MAMIZUKA</p> <p>DI: A UNIVERSIDADE ERA DF: MANIFESTAÇÕES DE RUA IMG DE APOIO: ARTE MAMIZUKA GC: SOCIOLOGO//ALCIDES MAMIZUKA</p> <p>OUTROS EX-ESTUDANTES DA PUC-CAMPINAS NÃO ESTAVAM NA CIDADE NO INÍCIO DO GOVERNO MILITAR/ MAS CHEGARAM À UNIVERSIDADE NO TERCEIRO PERÍODO DO REGIME/ ENTRE OS ANOS DE 1979 E 1985/ POR DECISÃO POLÍTICA//</p> <p>FOI O QUE ACONTECEU COM UMA DAS LIDERANÇAS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA PUC-CAMPINAS/ O PROFESSOR ESPECIALIZADO EM POLÍTICA INTERNACIONAL/ LEJEUNE MIRHAN/ NATURAL DE CORUMBÁ/MATO GROSSO DO SUL// IMG DE APOIO: ARQUIVOS LEJEUNE E IMAGENS NA CASA DELE</p> <p>DI: EU ENTREI NA PUC DF: FOI OFERECIDO DE NOVO IMG DE APOIO: ARQUIVOS LEJEUNE E IMAGENS NA CASA DELE GC: PROFESSOR//LEJEUNE MIRHAN</p>
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

<p>0000 ND</p>		<p>OFF 07</p>	<p>A MESTRANDA EM CIÊNCIA POLÍTICA PELA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS/ BEATRIZ MEZZALIRA/ COMENTA A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR// IMG APOIO: ENTREVISTA SEM ÁUDIO E IMAGENS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ANTIGO</p>
<p>IMG DE ENTREVISTA</p>		<p>SONORA 09 (BEATRIZ) 00:50-01:40</p>	<p>DI: OS MOVIMENTOS SOCIAIS DF: AMBIENTE EDUCACIONAL GC: CIENTISTA SOCIAL// BEATRIZ MEZZALIRA</p>
<p>0000 ND</p>		<p>SONORA 10 (LEJEUNE) 06:30-06:35 06:56-07:15</p>	<p>DI: NÃO HÁ DF: FORÇA PODEROSA IMG DE APOIO: VÍDEO MANIFESTAÇÕES DOS COLETIVOS ATUAIS GC: PROFESSOR// LEJEUNE MIRHAN</p>
<p>0002 ND</p>		<p>BG: VINHETA FECHAMENTO</p>	<p>IMAGENS ANTIGAS (MATERIAL LEJEUNE)</p>

Data: -	Nº fita bruta: -	Câmera: -	Editor de texto: -	Retranca: TCC PROIBIDO PROIBIR PARTE II
Produtor(a) / Pauteiro (a): Carolina Felski Pedro Valota Repórter: Giullia Galbiatti				
Ano: 4	Turma:	Período: Matutino	Professor (a):	Marcel Cheida

Take	Seleção	Descrição	Off , Passagem, Sonora
0000		<p>BG: VINHETA ABERTURA</p> <p>OFF 01</p> <p>SONORA 01 (SARAH)</p>	<p>IMAGENS ATUAIS DO MOVIMENTO NA PUC E NA UNICAMP // O MOVIMENTO ESTUDANTIL E OS COLETIVOS IDENTITÁRIOS NA PUC-CAMPINAS E NA UNICAMP / PARTE III//</p> <p>O MOVIMENTO ESTUDANTIL DOS ANOS 60 TINHA COMO FOCO A LUTA POLÍTICA/ E PRINCIPALMENTE O COMBATE AO REGIME MILITAR E À CENSURA//</p> <p>A LUTA POR DIREITOS PERMANECE COMO UMA DAS CAUSAS DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS// HOJE/ OS COLETIVOS SE ORGANIZAM EM TORNO DAS DEMANDAS IDENTITÁRIAS/ COMO O FEMINISMO E O ANTIRRACISMO//</p> <p>NESSE CENÁRIO/ ESTUDANTES DAS DUAS INSTITUIÇÕES/ PUC-CAMPINAS E UNICAMP/ PLANEJAM ESTRATÉGIAS COMUNS DE LUTA//</p> <p>A ESTUDANTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNICAMP/ SARAH MOURA/ PARTICIPA DO COLETIVO JUNTOS E DO NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA TRANS//</p> <p>DI: NESSE SENTIDO</p>

0001		<p>12:27-13:20</p> <p>05:20-05:53</p>	<p>DF: NOSSA PRÓPRIA CAPACIDADE</p> <p>IMG DE APOIO: SARAH NO NO DCE, ANDANDO NA UNICAMP</p> <p>GC: ESTUDANTE DE HISTÓRIA DA UNICAMP// SARAH MOURA</p> <p>O ESTUDANTE DO CURSO DE HISTÓRIA DA UNICAMP/ JONATHAN CAMARGO/ OCUPA A CHAPA QUATRO DO CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, ALÉM DE INTEGRAR O COLETIVO CORRENTEZA E O NÚCLEO DE CONSCIÊNCIA NEGRA//</p> <p>IMG DE APOIO: VÍDEO DE MANIFESTAÇÃO/AÇÃO ATUAL DOS COLETIVOS / SARAH ANDANDO NA UNICAMP / JONATHAN ANDANDO NA UNICAMP (SEGUIR ORDEM)</p>
0000 0001		<p>SONORA 02 (JONATHAN)</p> <p>02:50-03:40</p> <p>01:10-02:00</p>	<p>DI: COLETIVO NEGRO SEJA</p> <p>DF: NO CONTEXTO DO BRASIL</p> <p>IMG DE APOIO: JONATHAN ANDANDO NO NCN, VÍDEO DA MANIFESTAÇÃO ANTIRRACISTA NA PUCC</p> <p>GC: ESTUDANTE DE HISTÓRIA DA UNICAMP// JONATHAN CAMARGO</p> <p>NO CURSO DE PSICOLOGIA DA PUC-CAMPINAS/ LUIZA SIQUEIRA PARTICIPA DO COLETIVO CORRENTEZA// A UNIVERSITÁRIA TAMBÉM INTEGRA O MOVIMENTO FEMINISTA OLGA BENÁRIO/ CUJO OBJETIVO É LUTAR PELOS DIREITOS DA MULHER// COMO ESTUDANTE DE UMA UNIVERSIDADE PRIVADA/ LUIZA DESTACA A IMPORTÂNCIA DE EXISTIREM ESPAÇOS DE DISCUSSÃO ESTUDANTIL DENTRO DAS INSTITUIÇÕES//</p>

0000		<p>SONORA 03 (LUIZA) 06:21-07:59</p>	<p>DI: TEM UMA IMPORTÂNCIA DF: MUDAR ESSA REALIDADE</p> <p>IMG DE APOIO: LUIZA MOSTRANDO A OCUPAÇÃO, OS MATERIAIS</p> <p>GC: ESTUDANTE DE PSICOLOGIA DA PUC-CAMPINAS// LUIZA SIQUEIRA</p>
0000		<p>OFF 04</p>	<p>O ESTUDANTE DE PSICOLOGIA DA PUC-CAMPINAS/ CHRISTIAN RANIERI/ RELACIONA AS DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS BOLSISTAS DA UNIVERSIDADE PARA PARTICIPAR DOS COLETIVOS ESTUDANTIS//</p> <p>IMG DE APOIO: ENTREVISTA CHRISTIAN SEM ÁUDIO</p>
		<p>SONORA 04 (CHRISTIAN) 03:30 – 04:20</p>	<p>DI: AQUELA FUNDAÇÃO DF: BOLSISTA NO MOMENTO</p> <p>IMG DE APOIO: FOTOS E VÍDEOS DISPONIBILIZADOS PELO CHRISTIAN SOBRE AS AÇÕES DO COLETIVO</p> <p>GC: ESTUDANTE DE PSICOLOGIA DA PUC-CAMPINAS// CHRISTIAN RANIERI</p>
		<p>PASSAGEM 01</p>	<p>OS CENTROS ESTUDANTIS SÃO UM DOS PRINCIPAIS LUGARES PARA OS ESTUDANTES SE REUNIREM E PROMOVEREM DEBATES/ ALÉM DE DESENVOLVEREM OUTRAS ATIVIDADES NA UNIVERSIDADE// MAS, NA PUC-CAMPINAS/ OS CENTROS ESTÃO QUASE TODOS DESATIVADOS//</p>
		<p>OFF 05</p>	<p>SEGUNDO A ESTUDANTE BRUNA COSTA/ QUE INTEGRA A GESTÃO DO CENTRO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS SOCIAIS/ A INSTITUIÇÃO NÃO TEM UM DIÁLOGO COM OS ALUNOS E</p>

0000		<p>SONORA 05 (BRUNA) 02:11 – 03:11 03:30 – 03:40</p>	<p>DIFICULTA A ABERTURA E SOBREVIVÊNCIA DESSES ESPAÇOS//</p> <p>DI: COMO GRANDE PARTE DF: ABERTA ESSA SALA</p> <p>IMG DE APOIO: BRUNA MOSTRANDO O CA, ANDANDO NA PUC</p> <p>GC: ESTUDANTE DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA PUC-CAMPINAS// BRUNA COSTA</p>
		<p>OFF 06</p>	<p>EM RELAÇÃO ÀS DIFICULDADES APONTADAS PELOS ESTUDANTES DA PUC-CAMPINAS/ NÓS ENTRAMOS EM CONTATO COM A ASSESSORIA DA UNIVERSIDADE// MAS NÃO TIVEMOS RETORNO//</p> <p>IMG DE APOIO: REITORIA DA PUCC</p>
		<p>OFF 07</p>	<p>O PROFESSOR ESPECIALIZADO EM CIÊNCIA POLÍTICA/ LUIS FELIPE VALLE/ RELACIONA QUE A MUDANÇA DE ALGUMAS PAUTAS E CAUSAS DOS MOVIMENTOS ESTUDANTIS ESTÃO LIGADAS ÀS TRANSFORMAÇÕES DIGITAIS E AO ATIVISMO NO CIBERESPAÇO//</p> <p>IMG DE APOIO: VÍDEOS DE MANIFESTAÇÕES ATUAIS E ENTREVISTA DO LUIS FELIPE SEM ÁUDIO</p>
		<p>SONORA 06 (LUIS FELIPE) 14:36 – 15:20</p>	<p>DI: ENTÃO COMO PRODUTO DF: CONSTRUÇÃO POLÍTICA</p> <p>GC: PROFESSOR ESPECIALIZADO EM CIÊNCIA POLÍTICA// LUIS FELIPE VALLE</p> <p>ENQUANTO GRAVÁVAMOS ESSA REPORTAGEM/ NO MÊS DE OUTUBRO/ UM PROFESSOR DO</p>

0000		<p>OFF 08</p> <p>INSTITUTO DE MATEMÁTICA DA UNICAMP FOI ACUSADO DE AMEAÇAR E AGREDIR DOIS ALUNOS APÓS UM CONFLITO EM AULA//</p> <p>NA OCASIÃO/ OS ESTUDANTES ENTRARAM EM GREVE/ E PASSARAM A MANIFESTAR EM RAZÃO DA FALTA DE PROFESSORES NOS VÁRIOS CURSOS E FACULDADES//</p> <p>EM COMUNICADO,/ A UNICAMP INFORMOU QUE ABRIU UM PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR CONTRA O PROFESSOR/ QUE FOI AFASTADO DAS FUNÇÕES PELO CONSELHO INTERDEPARTAMENTAL DO INSTITUTO DE MATEMÁTICA ESTATÍSTICA E COMPUTAÇÃO CIENTÍFICA//</p> <p>SOBRE A GREVE DOS DISCENTES/ A UNIVERSIDADE INFORMOU QUE/ EM REUNIÃO REALIZADA NO DIA VINTE DE OUTUBRO/ REPRESENTANTES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL ACEITARAM AS PROPOSTAS DA REITORIA À PAUTA DE REIVINDICAÇÕES E DECIDIRAM PELO FIM DA GREVE//</p> <p>IMG DE APOIO: IMAGENS E VÍDEOS ENVIADOS PELOS ESTUDANTES DA GREVE E MANIFESTAÇÕES</p> <p>RELACIONANDO AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DURANTE O REGIME MILITAR COM O MOMENTO PRESENTE/ A ESPECIALISTA BEATRIZ MEZZALIRA DESTACA A IMPORTÂNCIA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NA FORMAÇÃO DA CIDADANIA//</p> <p>IMG DE APOIO: VÍDEO DOS ESTUDANTES NA UNICAMP E ENTREVISTA BEATRIZ SEM ÁUDIO</p> <p>SONORA 07 (BEATRIZ) 10:44 – 11:20</p>	<p>DI: UM PAPEL</p> <p>DF: AOS GOVERNOS</p> <p>GC: CIENTISTA SOCIAL // BEATRIZ MEZZALIRA</p>
------	--	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------

Cartas de cessão de imagem:

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Luis Felipe Valle ,
(nome)


..... Brasileiro Solteiro , RG 44937394-0
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Jorge Krug, 309
(rua ou avenida e número)

..... Vila Itapura Campinas SP 13023-210
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 31 de outubro de 20..... 23

..... 
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

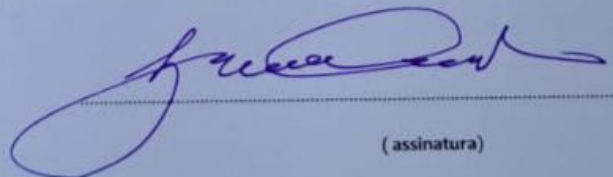
Eu, LEJEDNE MIRHAN XAVIER DE CARVALHO,
(nome)
BRASILEIRO, CASADO, RG 5.814.249-6
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à RUA HERCULA NO COUTO, 204
(rua ou avenida e número)

J. Chapadão, Campinas SP 13070-123
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 15 de Setembro de 2023


(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Augusto César Petta,
(nome)
brasileiro, casado, RG 3586329-8
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à R. Conceição, 360
(rua ou avenida e número)

Centro, Campinas, S.P., 13010-050
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 13 de setembro de 2023

Augusto Petta
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Beatriz Alves Megalini.....
(nome)

brasileira....., solteira....., RG 43.126.775-3
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Orlando Fava, 165.....
(rua ou avenida e número)

Coximbá....., Jundiaí....., São Paulo....., 13.218-654
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 10 de outubro..... de 2023

Beatriz Alves Megalini.....
(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Helena Costa Lopes de Freitas,
(nome)
Brasileira, Casada, RG 3603778-3
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua da Boa
(rua ou avenida e número)

São Lourenço Campinas, SP, 13104-062
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 5 de outubro de 2023

Helena Costa Lopes de Freitas
(assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEMEU, Bauma de Oliveira Costa.....,

(nome)

Brasileira....., solteira....., RG 50.355.962-3

(Nacionalidade)

(Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Cel. de Menezes, 500.....

(rua ou avenida e número)

União, Campinas....., SP....., 13050-145

(Bairro)

(Cidade)

(Estado)

(CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 04 de Setembro..... de 2023

(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Christian Ramieri Pereira Dias....., (nome)
Brasileiro....., RG 64.640.345-2
 (Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Rerúlio Veroni Anaverc II, 273
 (rua ou avenida e número)

Anaverc II, Limeira....., São Paulo....., 145362-7
 (Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 05 de Outubro..... de 2023

Christian R.P. Dias.....
 (assinatura)

ANEXO VI

AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Sarah Moura Niski,
(nome)
Brasileira, solteira, RG 50.659.466-X
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Roxo Moreira
(rua ou avenida e número)

B. Gardes Campinas, São Paulo 13083-591
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 22 de setembro de 2023

Gardes
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Jonathan Miguel Amargo....., (nome)

brasileiro....., solteiro....., RG 60.807.791-4
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Luísa Pereira de Souza, 1462
(rua ou avenida e número)

Cidade Universitária Campinas....., São Paulo....., 13083-730
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 27 de setembro..... de 2023

Jonathan M. Amargo.....
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

EU, ARNALDO LEMOS FILHO,
(nome)
BRASILEIRO, RG 7.562.622
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à RUA DONA LIBANIA - 1897
(rua ou avenida e número)

CENTRO, CAMPINAS, S.P. 13015-912
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 28 de setembro de 2023.

Arnaldo Lemos Filho
(assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Luiza Piceli Siqueira....., (nome)


Brasileira....., solteira....., RG 54968999-1
 (Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à R. Dona Lbania 1897.....
 (rua ou avenida e número)

Vila Itaipava, Campinas, São Paulo, 13015050
 (Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 06 de outubro de 2023

.....

 (assinatura)

ANEXO VI
AUTORIZAÇÕES DE CESSÃO DE IMAGEM

AUTORIZAÇÃO DE VEICULAÇÃO DE IMAGEM

Eu, Mania Clotilde Lemos Petta,
(nome)
Brasileira Casada, RG 5.145.121-9
(Nacionalidade) (Estado Civil)

residente e domiciliado à Rua Conceição, 360
(rua ou avenida e número)

Centro Campinas São Paulo 13010050
(Bairro) (Cidade) (Estado) (CEP)

AUTORIZO, a título gratuito e irrevogável, a partir da presente data, o **CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO DA PUC-CAMPINAS**, a gravar e a utilizar imagens editadas nos trabalhos audiovisuais, eletrônicos e impressos produzidos para a Faculdade de Jornalismo. Estas imagens serão utilizadas exclusivamente para veiculação, não podendo, sob pretexto algum, serem comercializadas.

Campinas, 13 de Outubro de 2023

MC Petta

(assinatura)

Carta de cessão de trilha sonora (site Envato Elements), cedida pela editora Carolina Mantovani do Labis PUC-Campinas:

license_certificate_H6K87BCDV3 - Bloco de Notas

Arquivo Editar Formatar Exibir Ajuda

LICENSE CERTIFICATE: Envato Elements Item

=====

This license certificate documents a license to use the item listed below on a non-exclusive, commercial, worldwide and revokable basis, for one Single Use for this Registered Project.

Item Title:	Carol of the Bells
Item URL:	https://elements.envato.com/carol-of-the-bells-5EZ94TX
Item ID:	5EZ94TX
Author Username:	AllenGrey
Licensee:	Rodrigo Fabiano de Oliveira
Registered Project Name:	Carol
License Date:	October 25th, 2023
Item License Code:	H6K87BCDV3

The license you hold for this item is only valid if you complete your End Product while your subscription is active. Then the license continues for the life of the End Product (even if your subscription ends).

For any queries related to this document or license please contact Envato Support via <https://help.elements.envato.com/hc/en-us/requests/new>

Envato Elements Pty Ltd (ABN 87 613 824 258)
PO Box 16122, Collins St West, VIC 8007, Australia
==== THIS IS NOT A TAX RECEIPT OR INVOICE ====

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
ESCOLA DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

CAROLINA NOGUEIRA FELSKI

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

JORNAIS UNIVERSITÁRIOS NA LUTA CONTRA O REGIME MILITAR DE 1964

CAMPINAS

2023

Carolina Nogueira Felski

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

JORNAIS UNIVERSITÁRIOS NA LUTA CONTRA O REGIME MILITAR DE 1964

**Relatório Individual de Pesquisa
apresentado à disciplina METODOLOGIA
E PESQUISA APLICADA EM
JORNALISMO (TCC) da Faculdade de
Jornalismo da PUC-Campinas como
exigência final para aprovação na referida
disciplina, sob orientação da Prof. Juliana
Doretto.**

PUC-CAMPINAS

2023

INTRODUÇÃO

No dia 31 de março de 1964, ocorreu a instauração de um golpe militar no Brasil como reação do militarismo e das forças conservadoras ao movimento progressista que crescia no Brasil durante o governo de João Goulart. Para Gonçalves e Lubeck (2021), a defesa de Jango em relação às reformas de base⁶ foi decisiva para tal reação: “No dia 13 de março de 1964, 19 dias antes do golpe, no comício na Central do Brasil, considerado simbólico e determinante para sua queda, Jango discursou para cerca de 150 mil pessoas, defendendo as reformas de base” (Gonçalves; Lubeck, 2021, p. 5).

Para manter o funcionamento do regime, a repressão aos movimentos contrários à ditadura foi intensificada, como dizem Fregonezi e Priori (2017, p. 2468) ao citarem que os militares desenvolveram mecanismos para facilitar “o controle da população”. Entre essas ações, segundo os mesmos autores, estavam o aumento das penas definidas na Lei de Segurança Nacional (LSN), de 1935, a casos considerados ameaçadores da ordem, e a decretação do Ato Institucional nº 5.

O AI-5 foi o quinto de dezessete decretos emitidos pela ditadura militar. Autorizava o presidente da República, em caráter excepcional, a deliberar sobre o recesso do Congresso Nacional, intervir nos estados e municípios, cassar mandatos parlamentares, suspender por 10 anos os direitos políticos de qualquer cidadão, autorizar o confisco de bens considerados ilícitos e suspender a garantia do habeas-corpus.

O aparelho repressivo utilizava instrumentos de exceção para combater a oposição política, além da censura dos aparelhos de comunicação. Desenvolve-se a institucionalização da tortura, fazendo com que essa prática se torne comum e passe a ser utilizada como um meio de intimidar (Fregonezi; Priori, 2017, p. 2471).

Um dos principais alvos da censura do regime era a imprensa brasileira. A Lei nº 5.250, mais conhecida como Lei de Censura à Imprensa⁷, foi criada em 9 de

⁶ As reformas de base integravam reivindicações e propostas do partido de João Goulart, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTD). Eram organizadas a partir de uma concepção de desenvolvimento da América latina mais independente dos países do capitalismo central. Disponível em: <<http://querepublicaeessa.an.gov.br/uma-surpresa/416-jango-e-as-reformas-de-base.html#:~:text=As%20reformas%20de%20base%20integravam,distribui%C3%A7%C3%A3o%20dos%20ganhos%20do%20desenvolvimento>>. Acesso em: 7 out. 2023.

⁷ Disponível em: <<https://memorialdaresistencia.org.br/noticias/lei-censura-imprensa-55-anos/>>. Acesso em: 24 de agosto de 2023.

fevereiro de 1967 com a intenção de regular e censurar veículos midiáticos na época.

Amaro (2021, p. 4) observa que a censura à imprensa “revela que a atividade jornalística foi alvo constante da preocupação dos militares e desempenhou uma função importante” ao tentar legitimar o regime à sociedade.

A imprensa alternativa, também conhecida como *nanica* ou *contra-hegemônica*, cresceu durante o regime militar ao passo em que alguns jornalistas buscavam um novo espaço para escreverem longe da censura que atingia as redações da imprensa tradicional.

Em primeiro lugar, com a ditadura e a crescente onda de censura, grande parte dos jornalistas ficaram impedidos de escrever o que queriam, fazendo com que muitos destes saíssem dos jornais de grande circulação e buscassem formas ou espaços alternativos para terem a liberdade de escrever o que pensavam ou o que sabiam e não tinham mais esta possibilidade nos jornais tradicionais, já que estes foram cooptados ou censurados pela ditadura militar (Mendes, 2021, p. 4).

É nesse cenário que as publicações estudantis ganham espaço, uma vez que o movimento estudantil foi uma importante força política durante as décadas de 1960 e 1970. Cunha (2012, p. 2) aponta que os jornais estudantis e universitários “serviam como canal de comunicação entre as entidades estudantis e os demais alunos do curso ou faculdade”. As pautas não tratavam apenas dos temas políticos, mas também traziam foco para as movimentações que ocorriam nas universidades e para as opiniões dos estudantes sobre o contexto sociopolítico da época.

As publicações produzidas pelos órgãos discentes, nesse período, expressavam esse descontentamento dos estudantes. As opiniões estudantis eram expressas de diversas formas: por meio de charges, crônicas, notícias, informes, manifestos, por vezes satirizando, por vezes protestando contra a política educacional adotada e as medidas impostas nas universidades (Cunha, 2012, p. 2).

É importante ressaltar que as pessoas responsáveis pelas publicações estudantis — tanto alunos, quanto professores — ignoraram duas leis que proibiam manifestações do tipo: o Decreto-Lei nº477, de 26 de Fevereiro de 1969⁸, que

⁸ Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 01 de junho de 2023.

proibia as manifestações estudantis, e o Inciso III do Art. 1º do Decreto-Lei de 1969⁹, que dizia que cometia infração disciplinar o professor, aluno, funcionário ou empregado de estabelecimento de ensino público ou particular que praticasse “atos destinados à organização de movimentos subversivos, passeatas, desfiles ou comícios não autorizados”.

O *Amanhã*¹⁰, difundido pela primeira vez no dia 13 de março de 1967, sob responsabilidade do Grêmio Estudantil da antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (FFCL) da Universidade de São Paulo (USP), é um exemplo de jornal estudantil. No periódico, a pauta principal era o movimento operário, seguida dos assuntos da própria universidade e de matérias críticas às decisões da ditadura.¹¹

Outro exemplo relevante é o jornal *Poeira*¹², lançado em março de 1974 pelos estudantes da Universidade Estadual de Londrina. Nessa publicação, os universitários faziam uso da arte e da cultura com o objetivo de atrair a adesão de outros jovens às ideias de democratização do país.

Assim, o objetivo desta pesquisa foi compreender as características da imprensa universitária progressista e contra-hegemônica durante o regime militar, isto é, entender as linhas editoriais, suas formas de sustentabilidade e divulgação e a repressão sofrida por elas no período. Para isso, abordamos, num primeiro momento, a relação entre a instauração do regime e a grande imprensa; e também discutimos sobre a imprensa alternativa, para então abordar os jornais universitários produzidos à época.

A metodologia usada neste trabalho é a revisão bibliográfica. Para Gil (1987), uma pesquisa bibliográfica é o resultado do estudo e reflexão de materiais já existentes, sejam eles livros, sejam publicações periódicas.

A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de

⁹ Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De10477impressao.htm>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

¹⁰ Disponível em: <<https://nucleopiratininga.org.br/amanha-um-jornal-de-estudantes-para-o-movimento-operario/>>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

¹¹ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/jornal-de-estudantes-contrarios-a-ditadura-completa-50-anos/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

¹² Disponível em: <<https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/ha-40-anos-estudantes-da-uel-lancavam-jornal-contraditadura-em-londrina-317078.html/>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas (Gil, 1987, p. 44).

Segundo José D'Assunção Barros (2009 p. 104), a revisão bibliográfica de obras já existentes sobre um determinado assunto “contribui para aperfeiçoar uma proposta temática inicial”. Isto é, ler livros, artigos e outros trabalhos científicos já existentes sobre um possível tema pode nos ajudar a aperfeiçoar a discussão que queremos trazer.

Como reflete Antônio Carlos Gil (1987), a revisão bibliográfica exige antes de tudo a formulação de problema, que no nosso caso envolve a compreensão da estruturação e funcionamento da imprensa estudantil durante a ditadura militar no Brasil. Ele diz ainda que é preciso planejar o trabalho.

Como toda atividade racional e sistemática, a pesquisa exige que as ações desenvolvidas ao longo do seu processo sejam efetivamente planejadas. De modo geral, concebe-se o planejamento como a primeira fase da pesquisa, que envolve a formulação do problema, a especificação de seus objetivos, a construção de hipóteses, a operacionalização dos conceitos etc (Gil, 1987, p. 19).

Nesse sentido, definimos, então, os assuntos principais de discussão da pesquisa. Foram identificadas e selecionadas obras — artigos acadêmicos e livros — que tratam dos jornais estudantis produzidos à época da ditadura militar, da imprensa alternativa e da relação entre o período do regime militar e a imprensa. Para isso, foi feita uma pesquisa por materiais a partir de palavras-chave — como imprensa alternativa, jornalismo durante a ditadura, jornais universitários, ditadura e imprensa — no Google Acadêmico¹³, uma ferramenta gratuita do Google que realiza a busca de trabalhos em revistas científicas eletrônicas e livros digitais. De acordo com Sousa *et al* (2021), a metodologia da pesquisa bibliográfica compreende a leitura, reflexão e fichamento de materiais de determinado tema.

Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos. É essencial que o pesquisador organize as obras selecionadas que colaborem na construção da pesquisa em forma de fichas (Sousa *et al.*, 2021, p. 66).

¹³ Disponível em: <<https://rockcontent.com/br/blog/google-academico/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2023.

Sendo assim, realizamos a devida leitura e fichamento dessas obras, e buscamos articular informações e ideias nelas presentes. O resultado deste trabalho será apresentado nos tópicos a seguir.

REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Ditadura militar e imprensa no Brasil

O regime autoritário e instaurado no país na madrugada do dia 31 para 1 de abril de 1964, após a deposição do presidente João Goulart, foi resultado de um golpe militar ocasionado por diversos acontecimentos, como a insatisfação dos brasileiros conservadores de direita com as políticas propostas pelo governo progressista de então e “o discurso militar de que a sociedade brasileira corria perigo por conta de um inimigo interno” (Fregonezi; Piori, 2017, p. 2468), representado pelas revoluções comunistas que se desenvolviam em outros países.

Segundo Fregonezi e Piori (2017), a insatisfação da direita conservadora com o governo de João Goulart se intensificou no dia 13 de março de 1964, após o discurso no comício na Central do Brasil: o acontecimento foi o “estopim” para os militares (Fregonezi e Piori, 2017, p. 2468) articularem o golpe. Na ocasião, o presidente João Goulart falou em defesa das reformas de base, e citou uma “ameaça à democracia” ao defender os trabalhadores brasileiros e a reforma agrária. Abaixo, há um trecho do discurso feito por Jango no comício.

O caminho das reformas é o caminho do progresso pela paz social. Reformar é solucionar pacificamente as contradições de uma ordem econômica e jurídica superada pelas realidades do tempo em que vivemos. Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa Pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos (Discurso de João Goulart no comício na Central do Brasil em 13 de março de 1964).¹⁴

Da mesma forma, Santos (2009, p. 103) defende que o discurso do presidente realmente contribuiu para a efetivação do golpe militar: “O objetivo do comício era acelerar a aprovação do projeto das Reformas de Base, mas ao invés disso, acabou alarmando os ânimos dos que eram contrários a estas medidas, desencadeando diversas manifestações contra o governo” (Santos, 2009, p. 103).

¹⁴

Disponível em:
<<https://memoria.ebc.com.br/cidadania/2014/03/discurso-de-jango-na-central-do-brasil-em-1964>>.
Acesso em: 7 de outubro de 2023.

No dia 31 de março do mesmo ano, o golpe ocorreu, João Goulart foi deposto da presidência do Brasil, e o militar Castelo Branco assumiu o seu lugar.

Os militares, ao demonstrarem insatisfação com a posse de João Goulart desde o início, não tiveram o apoio apenas da direita conservadora brasileira, mas também da grande imprensa, que tem um papel fundamental na implantação do regime militar. Para Guarnieri (2021), o fato de jornais como *Tribuna da Imprensa*, *O Globo* e *O Estado de S. Paulo* terem se oposto a Goulart na época da posse contribuiu para a intervenção dos militares.

Sabe-se que os principais periódicos do país em meados da década de 1960 eram em São Paulo: *O Estado de S. Paulo* e *Folha de S. Paulo*, e no Rio de Janeiro: *Jornal do Brasil*, *O Globo* e *o Correio da Manhã*. Todos esses periódicos, dentre outros, participaram da campanha de desestabilização contra o Presidente João Goulart e continuaram a apoiar o início do governo militar (Guarnieri, 2021, p. 77358).

Assim como Guarnieri (2021), Martins (2022) defende que o golpe de 1964 começou a ser articulado em 1961, com o apoio da grande mídia a políticos conservadores e na preparação de um ambiente favorável à situação. Para o autor, esse apoio ficou evidente quando a grande mídia atacou Goulart, acusando-o não apenas de levar a nação a uma crise econômica e política, mas também de tentar implementar o comunismo no Brasil com um golpe de Estado.

A ruptura representou uma união de forças de militares, políticos brasileiros e estadunidenses, empresários, Igreja Católica, grande mídia, proprietários rurais e demais setores conservadores da sociedade. O desejo pela deposição de João Goulart não implicava exatamente em apoio ao governo dos militares, como pôde ser observado depois, com políticos e jornais que contribuíram para o golpe sofrendo cassações e sanções diretas (Martins, 2022, p.55).

O apoio da grande mídia ao regime militar se manteve até 1968; após a sanção da Lei de Imprensa e a decretação do AI-5, “políticos e jornais que contribuíram para o golpe passaram a sofrer cassações e sanções diretas” (Martins, 2022, p. 55), e a postura de alguns veículos mudou. É o que afirma Guarnieri (2021), ao citar que, após o AI-5, “o governo militar revela que a sua repressão não pouparia a imprensa que o havia apoiado” (Guarnieri, 2021, p. 77361).

O artigo 9º do AI-5 autorizava o presidente da República a impor a censura prévia sobre os meios de comunicação do país; qualquer publicação que realizasse “propaganda de processos para subversão da ordem política e social” era

considerada criminosa, e a legislação conferia ainda pena prevista de 1 a 4 anos de prisão ao responsável pela publicação. Como aponta Greenhalgh (2020), além desse decreto, diversos métodos de coação e intimidação à imprensa foram utilizados durante o regime a fim de controlar o que seria publicado nos jornais.

No regime militar também foram empregados outros métodos de coação e intimidação à imprensa, como a vigilância, prisão, perseguição judicial e tortura de jornalistas; auditorias fiscais, controle de publicidade governamental, de empréstimos vindos dos bancos públicos e de outros financiamentos [...] Também existiram ações de interferência na venda e distribuição de exemplares da mídia impressa, como os casos de apreensões de edições, prisões de vendedores e atentados em bancas de jornais (Greenhalgh, 2020, p. 2).

É importante ressaltar que os jornais que mantiveram seu apoio ao governo militar, por interesses mercadológicos ou políticos, não sofreram as mesmas consequências, como *O Globo*, que ficou ao lado das Forças Armadas até o final do regime, como defende Martins (2022).

É verdade que somente *O Globo* chegou até o final do governo dos militares ao lado das Forças Armadas, ainda que a *Folha de S. Paulo* tenha se colocado a favor da democracia apenas no início da década de 1980, quando já existia uma insatisfação social generalizada contra a ditadura, sobretudo com o ensejo de um movimento de retorno à democracia que culminou no movimento das Diretas Já (Martins, 2022, p. 68).

Por outro lado, o jornal *Correio da Manhã*, o primeiro a se rebelar contra o governo militar, foi invadido no final de 1968 pela polícia; o diretor da redação Oswaldo Peralva, a proprietária do periódico e jornalistas foram presos. *O Última Hora*, o único jornal da grande imprensa a não aderir à campanha golpista, teve queda nas vendas por este motivo, já que seu público apoiava o regime, perdeu força política e foi vendido em 1972.

As restrições à liberdade de expressão e da imprensa, bem como o aumento da perseguição aos jornalistas, fizeram com que diversos profissionais saíssem das grandes redações e fossem para os jornais alternativos, como indica Mendes (2011).

Então, uma realidade se fazia presente, bons jornalistas disponíveis e a procura de realização pessoal: escrever livremente. Somado a este fator, existem disponíveis, no mercado, meios de produção baratos (como o offset, o xérox, o fax) facilitando, dessa forma, o surgimento de jornais alternativos em quase todo o Brasil (Mendes, 2011, p. 27).

É neste cenário que alguns dos jornalistas e intelectuais contrários à ditadura militar encontram espaço para se expressarem em jornais alternativos.

Imprensa alternativa

Imprensa alternativa, nanica, contra-hegemônica ou política é uma vertente do jornalismo que cresceu durante o regime militar. Segundo Bernardo Kucinski (1991, p. XIII), os jornais alternativos “denunciavam sistematicamente as torturas e violações dos direitos humanos e faziam a crítica do modelo econômico” e ainda “opunham-se por princípio ao discurso oficial”. Já para Greenhalgh (2023, p. 148), a imprensa alternativa “compreendia uma série de jornais e revistas que se colocavam contra o governo e como um contraponto à grande imprensa”.

Ainda para Greenhalgh (2023), a imprensa alternativa surgiu muito antes do golpe de 1964, com o nascimento do *Correio Braziliense*, em 1808, que fazia oposição ao poder colonialista português, mas ganhou força durante a ditadura militar, principalmente pela postura antigovernista generalizada em certos setores da sociedade, que fomentava a oposição ao governo (Greenhalgh, 2023, p. 148).

Com a censura, repressão e controle do governo atingindo as grandes redações brasileiras, como vimos acima, alguns jornalistas e pensadores migraram para os jornais alternativos, nos quais divulgavam de forma livre os seus pensamentos e ideários. Essa imprensa, porém, não era composta apenas por jornalistas recém-saídos da grande imprensa, mas também por colegas de profissão que já haviam passado por outras situações de grande polarização política e abuso do poder — como a ascensão do fascismo e nazismo — e por estudantes de Comunicação.

Muitos dos intelectuais colaboradores da imprensa alternativa pertenciam às gerações que viveram a queda do nazi-fascismo e do Estado Novo. Já os jornalistas e ativistas políticos eram mais jovens, forjados em sua maioria na matriz dos movimentos estudantis do final da década de 60, passando alguns pela luta armada e pelas prisões. A eles, juntaram-se os focas, recém-formados, das escolas de comunicação dos anos 70. A prática alternativa fez deles companheiros de jornada (Kucinski, 1991, p. 5).

No entanto, de acordo com Amaro (2021), o crescimento de jornais alternativos não se deve apenas à censura política do Estado, mas também à chamada autocensura empresarial, executada pelos próprios donos dos jornais e

por alguns de seus editores, que não se opuseram ao regime militar devido aos interesses mercadológicos.

Outro ponto a destacar é que, como empresa comercial, a mídia atuou de acordo com as regras do mercado e com a lógica do capitalismo, em busca do lucro. Sendo assim, muitos empresários se submeteram à censura devido a dependência econômica que tinham do Estado com os financiamentos para custear a construção de prédios e expansão das redações (Amaro, 2021, p. 6).

Kucinski (1991) lembra ainda que a imprensa alternativa ocupa um espaço deixado pelo fechamento de diversas redações brasileiras ligadas aos setores populares, que foram sendo sufocadas pelo regime e que sofriam com as mudanças no mercado, que passava a ser cada vez mais concentrado, na mão de poucos grupos empresariais. Dessa forma, o autor acredita que esses jornais surgiram marcados também pela perda de valor da grande imprensa.

Os primeiros jornais alternativos nasceram no vazio deixado pelo desbaratamento da imprensa vinculada ao campo popular e pelo estreitamento do espaço crítico na grande imprensa. O golpe completava um ciclo de fechamento progressivo de jornais e revistas, de concentração do capital na imprensa, que vinha desde meados dos anos 50 (Kucinski, 1991, p. 8).

Mendes (2011), ao citar as características dos jornais alternativos, destaca sobretudo o discurso contra-hegemônico, ou seja, aquele que não é o dominante e que tem como objetivo lutar para transformar a ordem vigente, instaurando assim, um novo formato social.

Outra característica da imprensa alternativa já pode ser observada após esta citação: o discurso contra-hegemônico. E aqui, ela é apresentada como uma mídia que vai lutar contra a imprensa, qualquer que seja ela, com pretensões hegemônicas, ainda mais aquelas que têm como objetivo principal pregar os ideais liberais ou neoliberais (Mendes, 2011, p. 3).

Ainda segundo Mendes (2011), antes de 1964, alguns jornais contra-hegemônicos, isto é, que lutavam contra os ideais liberais ou neoliberais (propagados pela imprensa corporativa), poderiam ser considerados alternativos, mas, como o golpe, eles ganharam também a característica antigovernista — instrumento de luta contra o governo da ditadura:

O que antes era tido como uma mídia contra-hegemônica, vira agora uma mídia antigovernista, uma mídia que seria um veículo ou um instrumento que teria como objetivo lutar contra o governo da ditadura militar. Isto, de certa forma, explica a questão inicial a qual me referia de que a palavra alternativa nos remete à imprensa do período ditatorial (Mendes, 2011, p. 27).

Segundo Kucinski (1991), os jornais alternativos do período do regime podem ser classificados em duas categorias: os predominantemente políticos, gerados a partir dos ideais de valorização do nacional e do popular surgidos ainda na década de 1950 e do marxismo divulgado pelos meios estudantis na década de 1960; e os voltados às “críticas dos costumes e à ruptura cultural, com raízes nos movimentos de contra-cultura norte-americanos, e no orientalismo, anarquismo e existencialismo de Jean Paul Satre” (Kucinski, 1991, XV).

De acordo com Greenhalgh (2023), a repressão do governo militar a algumas publicações alternativas não ocorreu na mesma intensidade daquela enfrentada pela grande imprensa, devido à “efemeridade e baixa tiragem dos jornais e revistas alternativos” (Greenhalgh, 2023, p. 151). Com o decorrer do regime, no entanto, os jornais alternativos, segundo Kucinski (1991), foram duramente perseguidos pelo aparelho militar, e os mais importantes, como *O Pasquim* e *Opinião*, tinham de passar por uma censura prévia. Com isso, para Mendes (2011), é possível perceber o quão incômoda era essa imprensa para os militares, porque, mesmo passando pela censura prévia, algumas edições eram ainda impedidas de circular (Mendes, 2011, p. 37).

Para o autor, o desaparecimento dos jornais alternativos se dá devido ao fim do regime militar, uma vez que a imprensa alternativa, como vimos, era feita por jornalistas ligados à esquerda, e esta, “impedida de militar durante o período ditatorial, se utilizava deste tipo de veículo de comunicação para propagar suas ideias” (Mendes, 2011, p. 28). Com o fim do regime militar, portanto, essa prática já não era mais necessária. Greenhalgh (2023) e Kucinski (1991) também citam o fim do regime ao justificarem o desvanecimento da imprensa alternativa.

[...] por que desapareceram tão repentinamente os jornais alternativos, mesmo aqueles com um acervo de muitos anos? Uma resposta corrente, incorporada pelo senso comum, é a de que esses jornais faziam parte da lógica da ditadura. Sua única razão de existir era a resistência. Não tinham porque sobreviver ao regime militar (Kucinski, 1991, p. XXV).

É no campo da imprensa alternativa que os estudantes universitários brasileiros, sobretudo aqueles das Ciências Humanas, encontraram espaço para se expressarem e criticarem a conduta de suas universidades perante o regime militar. Segundo Cunha (2012), os jornais universitários produzidos no período manifestaram o descontentamento dos estudantes com as práticas repressivas do governo e com a forma antidemocrática como a reforma universitária¹⁵, lei que visava retirar a autonomia das instituições, além de expandi-las, estava sendo imposta. Para os estudantes, que criticavam o modelo tradicional das universidades e sua forma de acesso, “a reforma não poderia ser realizada de forma isolada, mas deveria estar integrada a um projeto mais amplo de reforma social”, com o objetivo de democratizar o ensino e reformar o sistema de ingresso (Cunha, 2012, p. 3).

As publicações produzidas pelos órgãos discentes, nesse período, expressavam esse descontentamento dos estudantes. As opiniões estudantis eram expressas de diversas formas: por meio de charges, crônicas, notícias, informes, manifestos, por vezes satirizando, por vezes protestando contra a política educacional adotada e as medidas impostas nas universidades (Cunha, 2012, p. 11).

Com a mesma característica contra-hegemônica e antigovernista dos outros jornais e revistas da imprensa alternativa, os impressos universitários tinham o objetivo de resistir ao governo militar, mas também de derrotar de forma política e ideológica os grupos estudantis favoráveis ao regime.

É nesse contexto que iremos analisar como surgiram os jornais estudantis contrários à Ditadura, quais eram suas principais pautas e como lidaram com a censura da época.

Jornais universitários contra o regime militar

Para falar sobre os jornais universitários que surgiram durante a ditadura militar, é importante, antes, ressaltar a importância do Movimento Estudantil (ME) na época. Para Santos (2009, p. 101), o ME “foi responsável por muitas ações de protesto em oposição ao regime”. Ainda segundo a autora, o movimento passou a ser perseguido, ocorrendo inclusive invasões militares em algumas universidades, como a de Brasília (UnB) e a PUC-SP, de modo a sufocar a ação dos estudantes.

¹⁵ A Lei 5.540 de 28 de novembro de 1968, mais conhecida como Lei da Reforma Universitária, propunha investimentos para modernizar e expandir as universidades brasileiras. Disponível em: <<https://ufmg.br/comunicacao/noticias/autoritaria-e-modernizante-reforma-universitaria-completa-50-anos>>. Acesso em 13 de outubro de 2023.

Também nesse contexto, muitos professores universitários da Universidade de São Paulo (USP) foram exilados ou forçados a se aposentar, a UNE foi posta na ilegalidade e o ME passou a ser perseguido por agentes da repressão. De acordo com Santos (2009, p. 104), para o regime militar, “o ME estava sendo corrompido por agentes considerados subversivos”.

Nesse cenário de oposição ao regime exercida pelos estudantes, o jornal surge como uma ferramenta não só de educação política mas também como uma estratégia de organização de luta contra a ditadura, como confere Müller (2010).

O jornal aparece, então, como instrumento para um engajamento político, uma estratégia para organizar a luta contra a ditadura. A circulação das informações e ideias de um grupo contidas nos jornais pode ser encarada como maneira de sobrevivência dentro de um regime autoritário, e também se apresenta como mais uma alternativa para mostrar uma resistência (Müller, 2010, p. 13).

As publicações estudantis do período traziam pautas de lutas e reivindicações, e, para Cunha (2012), podem ser consideradas como uma “forma específica de imprensa periódica produzida pelos próprios estudantes ou pelos órgãos de representação discente” (Cunha, 2012, p. 2). Segundo Müller (2010), a existência dos jornais universitários face à represália que os movimentos estudantis sofriam, provou que os alunos responsáveis pelas publicações souberam se organizar dentro do próprio ME, considerando que as publicações eram uma expressão de um dos braços desse movimento.

[...] a circulação de jornais, mesmo durante o momento mais pesado do regime, onde comumente a historiografia do período costuma comentar a “inexistência” do movimento, nos mostra certa organização deste. As referências de um jornal no outro e também notícias de uma universidade no jornal de uma segunda, atestam a circulação das informações mostrando, ainda, um nível de organização do movimento (Müller, 2010, p.15).

Para Greenhalgh (2023), foi nos jornais estudantis e alternativos que os universitários encontraram espaço para tornar públicas suas reivindicações e denúncias acerca das perseguições no ambiente acadêmico e da censura. Essas demandas, como aponta Santos (2009, p. 104), eram principalmente acerca da reforma universitária e da Lei nº 4464 (Lei Suplicy de Lacerda), “que colocavam fim à autonomia universitária com o propósito de transformar a universidade em meras

fundações particulares”, e extinguiram os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e a UNE, substituindo-os pelo Diretório Nacional de Estudantes (DNE).

Por isso, o impedimento da circulação dos alternativos estudantis, não servia apenas como modo de cerceamento da informação política propagada entre os estudantes, mas também da organização e construção de redes de interação social, que podem se caracterizar com censura comportamental, moral e cultural (Greenhalgh, 2023, p. 154).

Cunha (2012) aponta ainda que os jornais universitários serviam como canal de comunicação entre os estudantes que os produziam e os demais alunos dos cursos e/ou faculdades. Segundo a autora, os periódicos eram distribuídos nos espaços acadêmicos pelo próprio órgão que os publicava, e devido ao fato de a gestão desses órgãos ser rotativa — por vezes, sujeita a disputas entre grupos de estudantes rivais —, “nem sempre essas publicações mantiveram uma mesma orientação ideológica”. (Cunha, 2012, p. 3). Por esse motivo, é possível dizer que não havia homogeneidade, uma vez que os posicionamentos das diretorias responsáveis pelos jornais universitários se alteravam.

Um exemplo de jornal universitário do período da ditadura militar é *O Brado Universitário*¹⁶, da Universidade Estadual de Maringá (UEM). Produzido entre 1973 e 1976, o periódico foi uma estratégia dos estudantes para levar o movimento estudantil ao cenário político dos anos de chumbo, uma vez que os alunos divulgavam sua voz de protesto nas páginas do jornal com o objetivo de se impor e resistir. Para Daefiol (2011, p. 8), *O Brado Universitário* agiu como “um agente político dentro da UEM” ao confrontar o regime e seu autoritarismo, e também ao defender “bandeiras históricas do movimento estudantil que iam de encontro à ideologia da ditadura”.

Já na USP, um jornal que se destacou foi o semanário *Amanhã*¹⁷, produzido pelo grêmio da então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras em 1967 e impresso nas instalações do jornal *O Dia* — seu objetivo era mostrar a realidade social e econômica do país não só para os estudantes, mas também ao público geral, uma vez que ele era vendido em bancas do centro da cidade de São Paulo. Mendes

¹⁶ Disponível em: <<http://www.noticias.uem.br/uemnamidia/index.php/11590-conheca-o-brado-universitario-o-jornal-produzido-na-uem-durante-a-ditadura-militar>>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

¹⁷ Disponível em: <<https://jornal.usp.br/cultura/jornal-de-estudantes-contrarios-a-ditadura-completa-50-anos/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

(2011) ressalta, contudo, que os jornalistas e estudantes que se utilizaram do jornalismo alternativo em suas publicações, “não estavam interessados em lucrar com a venda dos pasquins” (Mendes, 2011, p. 30); seu objetivo, na verdade, era a divulgação de pensamentos, posicionamentos e ideias em relação ao que estava acontecendo no país, em decorrência do regime militar.

Também na USP, existiu o jornal *A Ponte*¹⁸, uma publicação conjunta dos centros acadêmicos da universidade, surgida em 1972. Para Müller (2010, p. 12), esse jornal se apresentava de maneira inovadora ao ser produzido não por uma só entidade, mas por vários centros. Na capital do país, é possível dar destaque ao jornal *Oficina*, realizado por estudantes da Universidade de Brasília (UnB) que concorriam às eleições do Diretório Universitário. O periódico não chegou a circular; “seus exemplares foram apreendidos pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) quando saíam da gráfica”. (Greenhalgh, 2023, p. 152)

A censura às publicações universitárias se intensifica após a instalação de Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS) nas instituições de ensino, com o objetivo de investigar e afastar professores, funcionários e estudantes. Os jornais passaram a ser vigiados e muitas vezes impedidos de circular, e bancas que vendiam alguns desses periódicos estudantis sofriam com ameaças e explosões, como indica Greenhalgh (2023). Para o autor, esse sufocamento não tinha apenas o objetivo de eliminar a discussão política dos estudantes, mas também de impedir a articulação de grupos contra o regime.

Por isso, o impedimento da circulação dos alternativos estudantis, não servia apenas como modo de cerceamento da informação política propagada entre os estudantes, mas também da organização e construção de redes de interação social que podem se caracterizar como censura comportamental, moral e cultural (Greenhalgh, 2023, p. 154).

Com a censura imposta, Müller (2010) entende os jornais universitários como veículos que informavam o meio acadêmico sobre a realidade vivenciada durante o regime militar, buscando lutar contra a ditadura e sobreviver a ela. A partir dessa perspectiva, Daefiol (2011, p. 5), considera essas mesmas publicações como uma ação de microrresistência nos anos mais duros da repressão.

¹⁸ Disponível em: <<https://resistirepreciso.org.br/alternativa/avesso-a-ponte/>>. Acesso em: 09 de setembro de 2023.

A imprensa estudantil, que floresceu durante os anos mais duros da repressão nas universidades e faculdades brasileiras, conferiu identidade e organização a uma luta que, a partir das restrições impostas pela legislação autoritária e da consequente desarticulação das organizações representativas dos estudantes, passou a ser clandestina (Daefiol, 2011, p. 4).

Cunha (2012, p. 11) aponta que os jornais acadêmicos utilizavam diversos recursos para criticar, contestar e protestar contra as práticas do regime, como charges, crônicas, notícias, informes, manifestos e sátiras. Além disso, expressavam também suas opiniões sobre alguns grupos estudantis que lideraram as gestões nos órgãos de representação, como os CA e DCE. É importante destacar que, nesse contexto, existiram organizações acadêmicas que se posicionavam a favor da ditadura, e os impressos universitários buscavam resistir em relação a esses grupos, “disputando com eles espaços e procurando derrotá-los política e ideologicamente” (Cunha, 2012, p. 12).

Daefiol (2011) traz os jornais universitários como um meio importante de articulação de novas formas de resistência e de engajamento político. Para a autora, os periódicos “escancaravam o protesto, a crítica, a discordância e o enfrentamento ao regime [...] por meio o humor, da linguagem irreverente, da charge, da caricatura, do desenho, do visual gráfico ousado e muitas vezes agressivo” (Daefiol, 2011, p. 4).

Nota-se, assim, que, a grande produção da imprensa estudantil, principalmente na década de 1970, reflete a atividade constante do ME durante os anos mais duros do regime, e, como Daefiol (2011, p. 5) aponta, era um dos principais espaços de luta estudantil possíveis naquele cenário.

Considerações finais

O objetivo principal desta pesquisa individual, cujos resultados são apresentados neste relatório individual, foi investigar os jornais universitários produzidos durante o período da ditadura militar a partir de suas pautas, organização e funcionamento, perante a censura e repressão impostas aos meios de comunicação e aos movimentos sociais — principalmente ao Movimento Estudantil (ME).

Entendemos que a imprensa alternativa não nasceu durante a ditadura, mas se fortaleceu nesse período, e conseguiu se manter mesmo com diversas restrições

exigidas no campo do jornalismo, como a decretação da Lei de Censura à Imprensa, em 1967, e a proclamação do Ato Institucional nº 5 (AI-5), em 1968.

Compreendemos que essa imprensa nanica, como era chamada, compreendia uma série de jornais e outros tipos de publicações — como revistas e boletins — que se opunham não só ao governo militar, mas também à grande imprensa. Ela era composta por jornalistas recém-saídos das grandes redações, por comunicadores mais velhos — que já haviam passado por outros momentos difíceis no cenário sociopolítico brasileiro, como o Estado Novo — e por jovens universitários. Esses estudantes encontraram espaço sobretudo na imprensa acadêmica.

No caso desses jornais estudantis, os universitários responsáveis pelas publicações, que não eram apenas estudantes do curso de Jornalismo mas também de outros cursos de Ciências Humanas, desejavam expressar o seu posicionamento em relação às práticas repressivas do governo e também àquelas aplicadas nas instituições, além de orientar outros estudantes na luta contra o regime.

Esses jornais eram muitos, e estavam presentes em todos os estados do Brasil. Não eram um grupo homogêneo, uma vez que os posicionamentos adotados e as gestões foram diversos com o passar do tempo, mas os periódicos se utilizavam dos mesmos recursos — entre eles charges, poemas, desenhos, notícias, manifestos — para atingir um mesmo objetivo: resistir ao regime. Os periódicos alternativos e universitários, em um primeiro momento, sofreram menos represália (vigilância, perseguição e circulação proibida) em comparação às publicações da grande imprensa, mas serviram para marcar, principalmente, o engajamento político dos jovens estudantes espalhados em diversas universidades brasileiras.

Sendo assim, é possível concluir que a imprensa estudantil foi uma vertente da imprensa alternativa, e se destacou como voz e recurso de oposição e resistência. Ao denunciar atos abusivos do governo e também de algumas universidades e fazer as suas reivindicações, na maioria das vezes por meio de uma linguagem metafórica, ela auxiliou não só no engajamento político dos estudantes, mas também em uma organização de luta contra o militarismo. Ao se utilizarem do jornalismo para atingir um número de estudantes cada vez maior, os universitários provaram a sua importância no contexto da luta contra o regime militar. Porém, assim como a imprensa alternativa, os jornais universitários foram desaparecendo após o fim do regime militar.

Referências bibliográficas

AMARO, J. N. **A Ditadura Militar e a Censura no Jornalismo Impresso: uma análise dos jornais A Gazeta e Posição.** In: SEMINÁRIO DE COMUNICAÇÃO E TERRITORIALIDADES, 7., Virtual, 2021. **Anais eletrônicos [...].** Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo: 2021.

BARROS, J. A. A revisão bibliográfica: uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. **Instrumento**, v. 11, n. 2, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufjf.br/index.php/revistainstrumento/article/view/18708>>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

CUNHA, J. D. **Contestação e contra-hegemonia: publicações estudantis durante a ditadura.** 2012. Dissertação de Mestrado em Educação – Unisinos, São Leopoldo (RS), 2012.

DAEFIOL, R. C. O jornal estudantil O Brado Universitário (1973-1976): uma expressão de microrresistência possível à ditadura militar na Universidade Estadual de Maringá. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: SNH, 2021.

FANTIN, R. Há 40 anos, estudantes da UEL lançavam jornal contra ditadura em Londrina. **Bonde**, 2014. Disponível em: <<https://www.bonde.com.br/bondenews/londrina/ha-40-anos-estudantes-da-uel-lanca-vam-jornal-contra-ditadura-em-londrina-317078.html>>. Acesso em: 23 de maio de 2023.

FREGONEZI, R. M. C.; PRIORI, A. A Ditadura Militar no Brasil: golpe, repressão e tortura. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, VIII., 2017, Maringá. **Anais [...].** Universidade Estadual de Maringá (UEM), Maringá, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, C. R. A. LUBECK, E. A imprensa brasileira, o golpe civil-militar de 1964 e a Comissão Nacional da Verdade. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 52, e-94798, 2021.

GREENHALGH, R. D. As restrições à circulação da imprensa alternativa e dos jornais estudantis em Brasília durante a ditadura militar (1964-1985). **Revista Alterjor**, v. 27, n. 1, p. 146-164, 2023.

GREENHALGH, R. D. Repressão e resistência: a grande imprensa em Brasília durante a Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Observatório**, vol. 6, n. 4, 2020.

GUARNIERI, D. C. Os periódicos brasileiros e sua trajetória na década de 1960. **Brazilian Journal of Development**, Rolândia (PR), v. 7, n. 8, p. 77357-77375, ago. 2021,

JORNAL de estudantes contrários à ditadura completa 50 anos. **Jornal da USP**, São Paulo, 12 set. 2018. Disponível em:

<<https://jornal.usp.br/cultura/jornal-de-estudantes-contrarios-a-ditadura-completa-50-anos/>>. Acesso em: 03 de maio de 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e Revolucionários**: nos tempos da Imprensa Alternativa. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MARTINS, A. V. O “Golpe dentro do Golpe” na imprensa: posicionamento dos jornais na divulgação do AI-5. **Revista Brasileira de História da Mídia**, Natal (RN), v. 11, n. 2, p. 54-73, jul./dez. 2022.

MENDES, S. L. S. A imprensa alternativa durante a Ditadura Militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico. **Contraponto**, v. 1, n.1, 2011.

MÜLLER, A. **Resistência do Movimento Estudantil e censura nos “anos de chumbo”**. 2010. Tese de Doutorado em História Social – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

NÚCLEO PIRATININGA DE COMUNICAÇÃO. Amanhã: um jornal de estudantes para o movimento operário. **Núcleo Piratininga de Comunicação**, 2015. Disponível em:
<<https://nucleopiratininga.org.br/amanha-um-jornal-de-estudantes-para-o-movimento-operario/>>. Acesso em: 3 maio 2023.

SANTOS, J. S. A repressão ao movimento estudantil na ditadura militar. **Aurora**, UNESP Marília, v. 3, n. 5, p. 101 - 108, dezembro 2009.

SOUSA, A. OLIVEIRA, G. ALVES, L. **A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos**. **Cadernos da Fucamp**, v. 20, n. 43, p. 64-83, 2021. Disponível em:
<<https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/2336>>. Acesso em: 3 de maio de 2023.

VALLE, M. R. **1968 – O diálogo e a violência**: Movimento Estudantil e Ditadura Militar no Brasil. São Paulo: Editora da Unicamp, 2008.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE CAMPINAS
CENTRO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
FACULDADE DE JORNALISMO**

PEDRO JOSÉ SILVEIRA VALOTA

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**A CRÍTICA DE CINEMA DURANTE O PERÍODO MILITAR NO BRASIL:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

CAMPINAS

2023

Pedro José Silveira Valota

RELATÓRIO INDIVIDUAL DE PESQUISA

**A CRÍTICA DE CINEMA DURANTE O PERÍODO MILITAR NO BRASIL:
UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA**

Relatório Individual de Pesquisa apresentado à disciplina METODOLOGIA E PESQUISA APLICADA EM JORNALISMO (TCC) da Faculdade de Jornalismo, da PUC-Campinas, como exigência final para aprovação na referida disciplina, sob orientação da Prof. Juliana Doretto.

PUC-CAMPINAS

2023

Introdução

A Ditadura Militar no Brasil, que ocorreu entre os anos de 1964 e 1985, foi, segundo Fregonezi e Priori (2017), um período em que os militares intervieram no setor político, econômico e social do país, e que ficou caracterizado pela consolidação de um Estado autoritário, nacionalista e desenvolvimentista. Durante esse momento, algumas instituições, como a imprensa e o cinema, sofreram com as restrições que eram impostas pelo governo.

A censura foi uma das principais ferramentas utilizadas pelo regime para tentar controlar as ações dos jornalistas e cineastas. Esse recurso, que foi utilizado em outros governos, era pautado principalmente por questões morais, mas isso muda após o golpe de Estado de 1964, quando o foco passa a ser o campo político. Leonor Souza Pinto (2006, p. 3) afirma: “Vem o golpe, e com ele, a censura é reorganizada, com vistas a servir aos interesses políticos dos militares no poder”.

Pinto (2006), no entanto, ressalta que o principal objetivo da censura no cinema brasileiro era a proibição das obras. Outros filmes foram cortados ou tiveram seus roteiros modificados. Temas sensíveis, como críticas ao regime, violência policial, desigualdade social e questões de gênero, eram frequentemente vetados nas produções audiovisuais.

Na impossibilidade de proibir, cortar. Se as duas opções falhassem, “colocar na geladeira”, significando engavetar o processo de requisição de censura sem, no entanto, admitir o feito. O processo permanecia “em análise”, sem que nenhum parecer fosse emitido. Assim, os produtores não tinham argumentos para sequer negociar com a censura. Esta atitude podia levar meses, até anos. Enquanto isso, o regime garantia que o filme não iria a público (Pinto, 2006, p. 4).

As mesmas restrições se aplicavam à imprensa e suas modalidades, como as críticas de cinema. A censura prejudicou essa prática do jornalismo, pois os textos eram descaracterizados ao se adequarem às normas impostas pelos militares. Nesse contexto, alguns meios de comunicação elaboraram estratégias textuais para tentar burlar a censura e combater o regime também por meio das críticas. Adamatti (2018, p. 181) descreve: “Dada à capacidade polissêmica da linguagem, os novos sentidos são sempre possíveis e escapam. Por causa disso, nunca haverá uma censura completamente eficaz”. No entanto, a autora ressalta que o entendimento

dos textos opinativos dependia da capacidade do leitor em trabalhar as significações implícitas.

Ou seja, o cinema e a sua crítica foram instrumentos utilizados para combater os ideais que eram impostos pelos militares durante a ditadura. Nesse contexto, este trabalho, com base em obras já publicadas, por meio da revisão bibliográfica, buscou entender como a crítica de cinema no Brasil fazia oposição ao regime militar, entre os anos de 1964-1985.

Para isso, analisamos, de forma ampla, questões relacionadas ao cinema e a ditadura militar, e as características da crítica de cinema no Brasil, para então entender como essa vertente também foi uma forma de resistência ao governo da época.

Metodologia

A metodologia aplicada nesta pesquisa é a revisão bibliográfica. Segundo Conforto, Amaral e Silva (2011), trata-se de um método científico para busca e análise de trabalhos relacionados a uma determinada área, amplamente utilizado em pesquisas de diversas esferas acadêmicas, como as ciências sociais aplicadas, caso desta investigação.

Cavalcante e Oliveira (2020) afirmam que as revisões bibliográficas se caracterizam pelo uso e avaliação de materiais como livros, teses, dissertações, publicações acadêmicas e outros. Nesse sentido, a intenção de uma revisão bibliográfica é expor a ideia dos autores envolvidos em pesquisas com as quais estabeleceremos um diálogo em nosso estudo científico, segundo Barros (2009). Ainda segundo o autor, essas pesquisas vão colaborar com o trabalho ao complexificar as informações que o constituem.

Para a aplicação desse método, alguns requisitos são previstos, como a construção da pergunta de pesquisa, busca na literatura, seleção dos artigos, extração e síntese dos dados e redação e publicação dos resultados, conforme Galvão e Pereira (2014). Em suma, uma revisão bibliográfica desempenha um papel fundamental no processo de pesquisa acadêmica, proporcionando uma visão abrangente e crítica do conhecimento existente sobre um determinado tema. É um processo que exige dedicação e rigidez metodológica.

Por fim, para a elaboração desse trabalho, realizamos pesquisas no Google Acadêmico, com o uso de palavras-chave como "ditadura militar", "cinema e ditadura

militar", "crítica de cinema", "crítica de cinema e ditadura militar" e "crítica cultural". Além disso, selecionamos algumas referências que estão inclusas nos textos escolhidos - com o objetivo de encontrar outras fontes que ajudassem na construção do produto.

Revisão bibliográfica

O cinema e a ditadura militar

Com a exibição de uma série de filmes curtos que demonstravam o dia a dia na Europa, o cinema brasileiro teve início no Brasil, em 8 de julho de 1896, no Rio de Janeiro, segundo Souza (2007). Após as primeiras mostras, as produções cinematográficas ganharam espaço no cenário nacional.

Nesse cenário, Perroni (2018, p. 6) relata que: “Até as décadas de 1950 e 1960, o cinema brasileiro era essencialmente pautado nas temáticas e estilo de produção norte-americanos [...]”. Ou seja, a prioridade era reproduzir o cotidiano dos americanos e copiar o modelo cinematográfico desse continente. No entanto, em 1961 surge, no Brasil, o Cinema Novo – que ficou conhecido por retratar a realidade do povo brasileiro em suas produções, sobretudo os empobrecidos e marginalizados. “Era o início de um movimento que correria o mundo e entraria definitivamente para a História do Cinema [...]” (Pinto, [s.d.], p. 157).

Na época, mesmo com todos os imbróglios políticos, como a renúncia de Jânio Quadros e a resistência militar ao então presidente, João Goulart – por este acreditar na necessidade de mudanças estruturais para o desenvolvimento e a diminuição das desigualdades socioeconômicas –, o Brasil respirava liberdade e sonhava com um país mais igualitário. Pinto ([s.d.], p. 158) afirma: “Seu cinema [do Brasil] refletia esses anseios, firmava-se e começava a ganhar reconhecimento não só aqui como no mundo”.

Porém, após o golpe de Estado em 1964, o Cinema Novo passa por uma nova fase, e as obras cinematográficas, que antes tentavam reproduzir a realidade da população brasileira, agora passam a abordar os atos que eram praticados pelos militares: “[...] nessa segunda fase do Cinema Novo, as produções retratavam [...] as repressões, censuras e abusos do regime militar” (Perroni, 2018, p. 24). Um exemplo desse momento é o filme *Terra em Transe*, feito por Glauber Rocha em

1967 e que propõe um debate sobre a situação nacional ao retratar a disputa pelo poder em um país fictício.

Dessa forma, a ditadura militar e suas imposições abortaram uma geração cheia de promessas e esperanças. Cineastas foram presos e torturados, como Olney São Paulo, quando voltava ao Brasil após participar de festivais internacionais com o filme *Manhã cinzenta* (1969). Ridenti (2018, p. 89) descreve: “[..] o Estado [...] aprofundava as desigualdades sociais, censurava, reprimia, prendia, torturava e até matava os adversários”.

A partir de 1968, na tentativa de lutar contra a repressão cultural e a censura, conforme Pinto ([s.d.]), o cinema brasileiro recorreu à metáfora como uma forma de dizer o que não era aceito pelo regime. Segundo o cineasta e um dos fundadores do Cinema Novo, Cacá Diegues (1976), essa ferramenta, utilizada na época pelos produtores e críticos de cinema, criou significações de resistência por meio de mensagens cifradas e ficou conhecida como um dos recursos da chamada “estética do silêncio”, como veremos melhor, adiante. Entre os aspectos metafóricos, temos, por exemplo, referências a outros filmes na narrativa da obra e narrativa fabular, como diz o diretor:

[...] Nós transformamos isso em linguagem, uma linguagem alegórica, fabulesca, fantasia. Eu acho, por exemplo, sem falsa modéstia nenhuma, que nós fomos no cinema novo brasileiro os precursores desse realismo mágico que tanto falam hoje na literatura latino-americana e que realmente é muito importante. Já está no cinema novo há muito tempo, e este realismo mágico também fez parte dessa estética do cinema novo (Carlos Diegues, 1976, apud Gregio, 2017, p. 2962-2963).

Outra prioridade e estratégia dos produtores era evitar a interdição total dos filmes, com medidas para enganar os censores que avaliavam as obras.

Para salvaguardar ao máximo o conteúdo das obras e desviar a atenção dos censores de cenas importantes para o filme, uma das estratégias era a do boi-de-piranha, isto é, rodar e montar cenas atraentes às tesouras, mas com pouca ou nenhuma importância no roteiro. Estas eram as cenas oferecidas aos censores na negociação dos cortes. Muitas vezes funcionou (Pinto, 2006, p. 13).

Com o uso dessas artimanhas como forma de resistência, a produção cinematográfica brasileira acabou se afastando do grande público. Segundo Pinto (2006), nessas condições, os filmes ficavam herméticos e de difícil compreensão.

Isso mudou apenas a partir de 1975, quando o cinema brasileiro deixou, gradativamente, a linguagem metafórica de lado.

Aos cineastas que não desejaram absorver esse recurso, a opção era mudar o conteúdo das obras – ou poderiam continuar sofrendo com as sanções do governo. “Aos que insistiram na linguagem direta, e em temática abertamente comprometida com a realidade nacional sobraram no mínimo, a perseguição e a tortura” (Pinto, [s.d.], p. 163). Outros cineastas, no entanto, acabaram abandonando a abordagem crítica. O cineasta Roberto Farias, por exemplo, optou por mudar o tema dos filmes e, depois de produzir “O assalto ao trem pagador” e “Selva trágica”, realizou três obras sobre aventuras com o cantor Roberto Carlos e uma com o atleta Emerson Fittipaldi.

A proibição da censura no Brasil acontece apenas em 1988, quando estabelecido pela Constituição. Mas, de 1964 a 1985, com os militares no poder, ela foi eficaz com as produções cinematográficas, oprimindo o povo e marcando a cultura do país. “Os militares vendiam como verdade as versões que cuidadosamente urdiam. Este processo afetou a formação de gerações inteiras, intervindo dramaticamente sobre a produção cultural do país e sobre a formação de nosso povo” (Pinto, [s.d.], p. 163).

Contudo, o cinema, mesmo com todas as dificuldades impostas pelo governo, sobreviveu. Cineastas passaram por momentos conturbados, mas utilizaram técnicas específicas que ajudaram na construção de um dos setores culturais mais importantes da sociedade. Rodrigues (2018, p. 70) afirma: “[...] a ditadura militar não conseguiu colocar freio nas várias formas de arte através da censura, mas fez com que artistas encontrassem soluções inusitadas para passar pelo conservadorismo patriarcal dos militares e criar obras únicas [...]”.

Crítica de cinema

Conforme Andrade (2006), a crítica de cinema, gênero de escrita ou discurso que envolve a análise, interpretação e comentários dos filmes, tem como um de seus objetivos o aprofundamento e estudo das obras cinematográficas. Além disso, Zanin (2012) aponta que, segundo Paulo Emílio Salles Gomes – um dos maiores críticos de cinema brasileiro –, a crítica também tem o intuito de problematizar os assuntos do cotidiano, como a educação, saúde, meio ambiente e outros, que podem ser debatidos por meio da análise dos produtos culturais.

No Brasil, a crítica de cinema surgiu no fim do século XIX, mas somente a partir de 1911 ela ganhou espaço em alguns pontos do país, segundo Andrade (2006). Nesse período inicial, os textos opinativos apareceram, por exemplo, em revistas genéricas, como a *Scena Muda*, *Paratodos* e *Selecta*, e receberam forte influência da crítica cinematográfica norte-americana. Ou seja, os filmes eram vistos exclusivamente como mero entretenimento, tendo apenas a função de registro informativo. Isso permaneceu, praticamente, até o início dos anos 40.

Depois da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), houve uma expansão de revistas específicas de cinema, especialmente na França, como a *Cahiers du Cinema* e *Cinéthique*. Por consequência, a interferência da crítica francesa ganhou espaço no Brasil e no mundo. Gomes (2006, p. 1) aponta que: “[...] estas revistas [francesas] acabaram por criar escolas, ao traduzir um modo ensaístico peculiar de fazer as críticas, influenciando esta prática em diversos lugares do mundo [...]”. Nesse período, a crítica começa a ganhar seu próprio espaço e tom analítico.

Não bastando, após o início dos anos 50, o francês e crítico de cinema André Bazin atribuiu novos valores cinematográficos às obras analisadas e levou as críticas a outro patamar. Segundo Andrade (2006), Bazin expôs suas ideias a partir de questões levantadas por um filme, cineasta ou conjunto de obras e trouxe a mais valiosa formulação crítica – que era capaz de dar sentido às transformações sociais em andamento.

Bazin subverteu radicalmente a questão da montagem e do “específico filmíco”, ultrapassando lugares-comuns sobre as relações entre o cinema e o teatro. Flexível, sua marca era o exercício da crítica que evitava simplesmente aplicar pressupostos ideológicos, apostando no olhar, na sensibilidade, talentos que soube transportar à sua escrita de forma admirável (Andrade, 2006, p. 32).

Apesar dos princípios introduzidos por Bazin, que se espalharam pelo mundo, os jornais e revistas considerados populares na época ainda tinham um perfil intolerante a análises detalhadas das obras. Isso muda apenas quando a popularidade dos filmes começa a crescer. Consequentemente, um tipo de crítica mais analítica também cresce, conforme Gomes (2006, p. 2):

[...] deste período para cá, a crítica cinematográfica passa por um processo de expansão com o aparecimento de cursos superiores e o aumento de publicações populares impressas, outras mais sofisticadas ligadas às universidades, além dos filmes tornarem-se mais acessíveis para a análise.

As críticas de cinema passaram então, ao longo dos anos, por um processo de expansão nas mídias impressas e desenvolveram análises apoiadas em diversos campos do conhecimento – critério que permanece até os dias atuais. No entanto, com chegada da era digital no Brasil nos anos 90 e com o fechamento de alguns jornais, as críticas deixaram os espaços que ocupavam em jornais impressos e revistas e migraram para a Internet, o que possibilitou ainda o surgimento de novas vozes. “[...] [A] Internet propiciou a ampliação incomensurável de espaços de debate sobre filmes, pelas mais variadas pessoas de qualquer tipo de formação” (Carvalho, 2019, p. 6). Assim, os textos exploraram outros cenários e ganharam novos locais para discussões, como outros agentes.

Porém, o autor relata ainda que, nos últimos anos, diante do mundo on-line, os críticos estão tendo dificuldade de influenciar, como antes, os leitores com suas análises: “[...] a Internet já está saturada de opiniões e posições valorativas proferidas por pessoas não qualificadas e consagradas que assumem esses papéis de mediação do público com a obra [...]” (Carvalho, 2019, p. 3). Ou seja, o ciberespaço possibilitou que a informação não especializada também tenha, de certa forma, a sua validade, banalizando a função “verdadeira” da crítica de cinema.

Diante desse cenário, Carvalho (2019) afirma que se torna importante refletir como os profissionais da crítica estão se portando perante os desafios de escrever para o mundo virtual. Os leitores estão mais próximos, participativos e rigorosos. Isso exige, dos críticos, novas habilidades para conseguir transmitir credibilidade e autoridade ao escrever sobre determinado assunto nos meios digitais. “Essa retórica que se desenvolve no âmbito online certamente [...] exige esforços outros para que os profissionais angariem o apreço e o respeito do público leitor” (Carvalho, 2019, p. 5).

Em resumo, podemos perceber que as críticas estão se transformando perante a sociedade digital e suas novas configurações, e ainda desempenham um papel importante para a esfera artística. Esse recurso, mesmo ante as dificuldades enfrentadas atualmente, ajuda não só na realização de análises criteriosas das obras cinematográficas, mas também colabora, ao lado de outros setores, na construção da consciência cultural do país.

Crítica de cinema durante o regime militar

Pela capacidade de problematizar a realidade social e ajudar na construção cultural do país, a crítica de cinema foi um dos principais elementos empregados por jornalistas e cineastas como forma de oposição ao governo vigente no período militar: “[...] é importante lembrar o quanto o exercício da crítica de cinema fazia parte da resistência ao regime” (Adamatti, 2018, p. 197). A imprensa usufruiu dessa ferramenta para debater sobre os acontecimentos da época e dizer o que não era permitido retratar nas obras de cinema.

Com o golpe de Estado e com os militares instalados no poder, a indústria cinematográfica e a mídia sofreram com a censura dos materiais que eram produzidos. “A ditadura militar instaurou no Brasil um estado de exceção [...] que criou um departamento de censura a toda forma de arte produzida no país” (Rodrigues, 2018, p. 64). Nesse cenário, teoricamente, nada referente à imprensa e ao campo artístico podia ser questionado ou feito sem que fosse controlado.

Dessa forma, na tentativa de lutar contra o sistema e publicar os textos em veículos como Opinião e Movimento – jornais alternativos da época –, jornalistas e críticos adotaram diferentes estratégias, principalmente textuais. A “estética do silêncio” foi uma delas, utilizada sobretudo por diretores como Glauber Rocha, Leon Hirzsmann e Joaquim Pedro de Andrade, que também escreviam sobre cinema em jornais alternativos, no combate ao regime e suas restrições.

Por meio dessa técnica, a ideia era insinuar, dar a entender, mas sem dizer claramente o que se queria. “Era através da estética do silêncio que o ‘dizer mais do que vai escrito’ podia se transformar numa ferramenta de enfrentamento ao regime” (Adamatti, 2018, p. 183). Glauber, por exemplo, se utilizou desse mecanismo ao elaborar frases com sentido lacunar, ou seja, induzindo certas reflexões, mas sem desenvolvê-las por completo, em textos publicados na época.

Ao apontar obras na mira do órgão censor, o suposto “erro” da argumentação trazia informações para o leitor poder reconstruir os significados. [...]. O espanto gerado pelas premissas falsas funcionava através da noção de implícito do enunciado, transmitindo dados que não se podia expor. Além disso, a argumentação falsa indicava a existência de outra causa implícita: a ação da censura. Assim a conclusão era entendida por dedução, e o silêncio conseguia significar, porque a ausência havia produzido uma presença (Adamatti, 2018, p. 184).

Todavia, dado o uso dessa ferramenta, o nível de discussão fílmica ficou mais complexo, o que acarretou maior dificuldade para o entendimento das críticas para

com a sociedade civil, uma vez que aquela passou a ser, de certa forma, codificada e referencial. Ou seja, tudo dependia da capacidade de compreensão do contexto que cercava o leitor e do seu entendimento das significações apresentadas nos textos da crítica.

Outra estratégia comum usada para os leitores terem acesso a críticas, em um contexto de censura, se dava por meio do uso do gênero informativo, mesmo que a crítica de cinema seja, por excelência, o gênero opinativo. Segundo Adamatti (2018), os censores focavam nos textos padrões da crítica, ou seja, naqueles que expressavam interpretações das obras. Assim, para burlar a interdição estatal, estabeleceu-se um novo caminho, e críticos e jornalistas escreviam, em alguns casos, textos que se assemelhavam ao modo apenas informativo, sem deixarem, no entanto, de realizar análises.

Quando as críticas de cinema não eram censuradas necessariamente por conta do seu conteúdo, mas sim em razão de quem havia escrito o material, os autores utilizavam outras técnicas para combater a censura. Conforme Santos (2007), o crítico e cineasta Jean-Claude Bernardet precisou fazer uso, em alguns momentos, de pseudônimos para ter suas críticas publicadas. Isso porque Bernardet era um dos críticos de cinema que mais faziam oposição ao regime vigente na época.

No entanto, mesmo diante do uso dessas estratégias, quando as críticas se referiam a filmes vetados no Brasil, as possibilidades de publicação eram quase nulas. Adamatti (2018, p. 180) afirma: “Quando questionados [jornalistas] sobre as táticas para burlar a intervenção, a conclusão geral é de que uma crítica sobre um filme vetado tinha mínimas chances de ser publicada”.

Desse modo, em virtude dos fatos observados, podemos compreender que os militares se valeram de recursos como a censura para reprimir o avanço cultural no país e impedir que a população percebesse que estava diante de um regime antidemocrático e que sufocava as liberdades individuais. Em contrapartida, fica evidente que, para se opor ao cenário em questão, os formadores de opinião recorreram, principalmente, a diferentes estratégias textuais para publicar as críticas de cinema e propagar ideias que eram contrárias aos ditadores.

Considerações finais

Este trabalho teve como objetivo entender como as críticas de cinema faziam oposição ao regime militar, entre os anos de 1964-1985. Nesse contexto, observamos que o cinema, apesar de todas as adversidades impostas pelo governo, conseguiu resistir e florescer durante a ditadura militar no Brasil. Cineastas enfrentaram tempos turbulentos, mas, com obras que buscavam contornar a censura com recursos estéticos e narrativos, contribuíram para a consolidação de um dos setores culturais mais importantes da sociedade. Esses diretores também tentavam evitar a interdição total dos filmes, com medidas para confundir os censores que examinavam as obras.

Com os militares instalados no poder, críticos e jornalistas também enfrentaram dificuldades. O governo recorreu principalmente à censura para banir textos que expressavam ideias consideradas subversivas. No entanto, os formadores de opinião se utilizaram de alguns recursos – assim como os cineastas – para lutar contra as ferramentas de um governo antidemocrático e publicar as críticas de cinema.

A linguagem metafórica ou, de modo mais amplo, a “estética do silêncio” aparece como uma das principais ferramentas utilizadas por críticos, jornalistas e cineastas. Tratava-se da tentativa de propor discussões, mas de modo velado. Além disso, estes também escreviam, por exemplo, textos que mesclavam o uso dos gêneros opinativo e informativo e traziam pseudônimos no lugar do nome dos autores.

Desse modo, fica evidente que a luta pela liberdade de expressão e individual obrigou, de certa forma, o cinema e seus críticos a inovarem para conseguir lutar contra o regime e seus ideais. E assim foi feito.

Outro ponto analisado é que recentemente, as críticas de cinema estão passando por uma transformação em resposta às dinâmicas da sociedade digital e suas configurações em constante mudança. No entanto, essa prática do jornalismo ainda continua desempenhando um papel fundamental no cenário artístico. Esse, aliás, é um ponto que desejaríamos de ter estudado mais, para ampliar o conhecimento sobre o comportamento da crítica atualmente.

Por fim, vale ressaltar que, apesar de ter encontrado pesquisas que abordem as características das críticas de cinema no Brasil durante a ditadura militar, elas ainda são poucas quando comparadas com outros temas abordados nos estudos

sobre o jornalismo daquele período. Assim, percebemos que o assunto ainda pode ser amplamente explorado e debatido.

Referências bibliográficas

ADAMATTI, M. Crítica de cinema, jornalismo e repressão nos anos 70. **ArtCultura**, v. 20, n. 36, 2018.

ANDRADE, S. **Os novos caminhos da crítica de cinema no Brasil**: analisando a seção de cinema da revista Veja. 2006. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Comunicação Social - Jornalismo) - Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2006.

BARROS, J. A revisão bibliográfica – uma dimensão fundamental para o planejamento da pesquisa. **Instrumento: R. Est. Pesq. Educ**, Juiz de Fora, v. 13, n. 1, 2001.

CARVALHO, R. A crítica de cinema em tempos de mídia digital. In: ENECULT, 15., 2009, Salvador. **Anais [...]** Salvador: Uneb, 2009.

CAVALCANTE, L. OLIVEIRA, A. Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 1, 2020.

CONFORTO, E; AMARAL, D; SILVA, S. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO DE DESENVOLVIMENTO DE PRODUTO, 8., 2011, Porto Alegre. **Anais [...]** São Carlos: Escola de Engenharia, Universidade de São Paulo, 2011.

FREGONEZI, R; PRIORI, Â. A ditadura militar no Brasil: golpe, repressão e tortura. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2017, Maringá. **Anais [...]** Maringá: UEM, 2017, p. 2468-2474.

GALVÃO, T; PEREIRA, M. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 23, n. 1, 2014.

GOMES, R. Crítica de cinema: história e influência sobre o leitor. **Crítica Cultural**, v. 1, n. 2, jul.-dez. 2006.

GREGIO, G. A revolução modernista nas artes e no cinema moderno brasileiro. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 8., 2017, Maringá. **Anais [...]** Maringá: UEM, 2017, p. 2957-2963.

PERRONI, G. **Cinema novo**: um movimento político. 2018. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Ciência Política) - Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

PINTO, L. Cinema brasileiro e censura durante a ditadura militar. **Memória Cine**. [s.d]. Disponível em: <http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/cinema_brasileiro_e_censura.pdf>. Acesso em: 5 maio 2023.

PINTO, L. O Cinema Brasileiro face à censura imposta pelo regime militar no Brasil - 1964/1988. **Memória Cine**. 2006. Disponível em:

<http://www.memoriacinebr.com.br/Textos/O_cinema_brasileiro_face_a_censura.pdf
>. Acesso em: 5 maio 2023.

RODRIGUES, W. Cinema brasileiro e erotismo durante a ditadura militar. **Porto das Letras**, v. 4, n. 3, p. 61-71, 2018.

SANTOS, C. Crítica de cinema fez parte da resistência contra o regime militar. **Jornal da USP**, 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/critica-de-cinema-fez-parte-da-resistencia-contra-o-regime-militar/>. Acesso em: 8 out. 2023.

ZUIN, J. Paulo Emílio Salles Gomes: a compreensão da realidade brasileira através da crítica de cinema, **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 221-244, 2012.